



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO  
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO**

Av. Almirante Barroso n.º 466, Praia de Iracema, Fortaleza/CE, CEP: 60.060-440  
Telefone: (85) 3878.8329 – e-mail: [prt07.contratos@mpt.mp.br](mailto:prt07.contratos@mpt.mp.br)

**TERMO DE CONTRATO Nº 12/2023  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04/2023/PRT7º REGIÃO  
PGEA nº 20.02.0700.0001375/2023-17**

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE,  
ENTRE SI, CELEBRAM A UNIÃO, POR  
INTERMÉDIO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO  
TRABALHO / PROCURADORIA REGIONAL DO  
TRABALHO DA 7ª REGIÃO, E A EMPRESA  
AGRADA CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA, NA  
FORMA ABAIXO:**

A **UNIÃO**, por intermédio do **MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO/ PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO, CNPJ 26.989.715/0038-02**, situada na Av. Almirante Barroso n.º 466, CEP: 60.660-440, Praia de Iracema, Fortaleza/CE, Fone: (85) 3878 8353, e-mail: [prt07.contratos@mpt.mp.br](mailto:prt07.contratos@mpt.mp.br), neste ato representada pela Vice - Procuradora-Chefe, Dra. **MARIANA FÉRRER CARVALHO ROLIM**, brasileira, portadora do RG nº 97002483109, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado do Ceará, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 626.225.603-20, no uso da competência que lhe foi conferida pela Portaria nº 1331/2021, do Exmo. Sr. Procurador-Geral do Trabalho, publicada no DOU do dia 06/10/2021, doravante designada simplesmente **CONTRATANTE** e, de outro lado, a empresa **AGRADA CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA**, CNPJ: 12.290.912/0001-24, estabelecida na Rua do Rosário, 77 , sala 203 – Centro – Fortaleza/CE, CEP: 60.055-090, e-mail [jorgemota@maisservicos.com.br](mailto:jorgemota@maisservicos.com.br), telefone(s): (85) 3031 9800, 3031 9801 e 3031 9810, representada pelo Senhor GERALDO HENRIQUE ARAÚJO, RG 631.614 – SSP/DF e CPF 227.241.411-72, brasileiro, solteiro, empresário, com domicílio na cidade de Fortaleza/CE, Rua Ildefonso Albano, 225, apartamento 1602, Meireles, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, resolvem, de comum acordo, por força do presente instrumento, em conformidade com as disposições contidas na Lei nº 10.520/2002 e, subsidiariamente, na Lei nº 8.666/1993 e demais normas federais que regem a matéria, no **Processo PGEA em epígrafe**, celebrar este contrato, mediante as seguintes cláusulas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

**Contratação de serviços contínuos de engenharia de manutenção de infraestrutura predial, compreendendo as atividades de manutenção preditiva, preventiva, corretiva e serviços eventuais sob demanda das instalações civis, elétricas, hidráulicas, de prevenção e combate a incêndio, e sistemas eletrônicos; com o fornecimento de mão de obra residente e eventual, insumos, ferramentais, equipamentos necessários à manutenção dos sistemas, instrumentos de medição e aferição, visando atender ao edifício Sede da Procuradoria Regional do Trabalho da 7ª Região (Avenida Almirante Barroso n.º 466, Praia de Iracema, Fortaleza, Ceará).**



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO  
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO**

Av. Almirante Barroso n.º 466, Praia de Iracema, Fortaleza/CE, CEP: 60.060-440  
Telefone: (85) 3878.8329 – e-mail: [prt07.contratos@mpt.mp.br](mailto:prt07.contratos@mpt.mp.br)

**PARÁGRAFO ÚNICO.** As características, especificidades e detalhamento do objeto contratado encontram-se relacionadas no corpo do Termo de Referência e seus anexos (Doc n.º 001147.2023).

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO, DA LICITAÇÃO E DO REGIME DE EXECUÇÃO**

A forma de execução deste contrato é indireta, mediante empreitada por preço unitário, cujo objeto será regido pelas disposições estipuladas neste contrato, no Edital do Pregão Eletrônico Nº 04/2023/PRT7, no correspondente Termo de Referência, bem como nas obrigações assumidas pela CONTRATADA em sua proposta comercial e nos demais documentos constantes do Processo Licitatório PGEA 20.02.0001.0001175/2022-85, que integram este instrumento, independentemente de transcrição, naquilo que não o contrarie.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA TERMINOLOGIA ADOTADA**

1. Contratante: Procuradoria Regional do Trabalho da 7ª Região.
2. Contratada: empresa vencedora de certame.
3. Componente: produto constituído por materiais definidos e processados em conformidade com princípios e técnicas específicos da Engenharia e da Arquitetura para, ao integrar elementos ou instalações prediais da edificação, desempenhar funções específicas em níveis adequados.
4. Discriminação Técnica: descrição qualitativa e quantitativa de materiais, componentes, equipamentos e técnicas a serem empregados na realização de um serviço ou obra.
5. Edificação: produto constituído pelo conjunto de elementos definidos e integrados em conformidade com os princípios e técnicas da Engenharia e da Arquitetura para, ao integrar a urbanização, desempenhar funções ambientais em níveis adequados.
6. Equipamento: utensílio ou máquina que complementa o sistema construtivo para criar as condições de uso da edificação.
7. Fiscalização: equipe de servidores do MPT, conforme publicação de portaria, para acompanhamento, fiscalização e recebimento dos serviços e materiais.

**PARÁGRAFO ÚNICO** – As demais terminologias adotadas neste contrato estão no item 3 do Termo de Referência.

**CLÁUSULA QUARTA – DO LOCAL DE EXECUÇÃO**

Os serviços descritos neste Termo serão realizados na seguinte localidade:

LOCAL DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS	
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO	Avenida Almirante Barroso n.º 466, Praia de Iracema, Fortaleza, Ceará;



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO  
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO**

Av. Almirante Barroso n.º 466, Praia de Iracema, Fortaleza/CE, CEP: 60.060-440  
Telefone: (85) 3878.8329 – e-mail: [prrt07.contratos@mpt.mp.br](mailto:prrt07.contratos@mpt.mp.br)

**CLÁUSULA QUINTA – DAS CARACTERÍSTICAS DO OBJETO**

**1 - A contratação compreenderá a alocação de mão de obra residente de 1 PROFISSIONAL - Oficial Manutenção Predial, assim entendido: empregado contratado para exercer funções especializadas, tais como: pedreiro, carpinteiro, ferreiro armador, pintor, bombeiro, eletricista, soldador, gesso, marceneiro, impermeabilizador, encarregado de setor de pessoal de obra, e afins; com carga horária de 44 horas semanal diurna, de segunda a sexta-feira; e também a contratação de profissional por demanda, cujo critério de medição será referenciado no orçamento analítico aprovado pela Fiscalização, que terá como parâmetro a composição das horas dos profissionais utilizados na execução dos serviços, fundamentado tabelas oficiais e correlacionado ao resultado esperado: efetividade e eficácia.**

**2 - Os serviços compreenderão as seguintes situações distintas:**

**(1) serviços predefinidos e detalhados em rotinas específicas de manutenção preditiva/preventiva e manutenções corretivas programadas**, que serão executados pelo PROFISSIONAL RESIDENTE, ocupante do Posto de 44 horas/semanais, garantindo assim um fluxo contínuo de serviço;

**(2) serviços de manutenção corretiva emergenciais**, que excedam a jornada estabelecida para o Posto de Serviço, serão executados POR DEMANDA, cujo volume de horas/mês foi estimado considerando o número de chamadas atendidas na última contratação e a situação atual em que se encontram as instalações predial; e

**(3) serviços eventuais**, que são serviços de adequação e adaptação para a recomposição dos serviços corretivos ou para manter a padronização da edificação e aqueles de natureza extraordinária e/ou imprevisível;

**3 - Os SERVIÇOS POR DEMANDA** serão utilizados subsidiariamente, quando houver a necessidade de atuação de profissional adicional ao profissional do Posto, inclusive nas manutenções preventivas e corretivas específicas, quando o serviço exigir mais de um profissional para a sua execução, seja por exigência legal, de norma técnica ou boas práticas em engenharia.

**4 - As condições gerais para a subcontratação parcial estão previstas no Tópico 11 do Termo de Referência**

**5 CLÁUSULA SEXTA – DO PREÇO**

O valor contratual será o apresentado nos termos da proposta vencedora (Doc n.º 001142.2023), com valor mensal de R\$ 15.428,70 e custo global de **R\$ 185.144,44 (cento e oitenta e cinco mil, cento e quarenta e quatro reais e quarenta e quatro centavos)**.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DO PREPOSTO**

***CONTRATADA deverá designar formalmente, na data do início da vigência do contrato,***



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO  
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO**

Av. Almirante Barroso n.º 466, Praia de Iracema, Fortaleza/CE, CEP: 60.060-440  
Telefone: (85) 3878.8329 – e-mail: [prrt07.contratos@mpt.mp.br](mailto:prrt07.contratos@mpt.mp.br)

*PREPOSTO, aceito pela Fiscalização do Contrato, para representá-lo administrativamente durante a execução do contrato, em atenção ao disposto nos arts. 68 da Lei no 8.666/1993 e 4º IV do Decreto no 2.271/1997.*

1. A indicação do preposto deverá ser feita mediante declaração em que deverá constar o nome completo, no CPF e do documento de identidade, além dos dados relacionados à sua qualificação profissional.
2. A CONTRATADA orientará o seu preposto quanto à necessidade de acatar as orientações da Fiscalização, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas e de Segurança e Medicina do Trabalho.

**3. São atribuições do PREPOSTO:**

- 3.1. Atender prontamente a quaisquer solicitações da Fiscalização do contrato ou do pessoal por ele designado.
- 3.2. Entregar e receber documentos do CONTRATANTE em nome da CONTRATADA.
- 3.3. Gerenciar operacionalmente os empregados na realização dos serviços, fazendo-os cumprir as cláusulas contratuais, as normas técnicas pertinentes para a boa execução do objeto contratado, bem como as normas disciplinares da Administração.
- 3.4. Encaminhar ao responsável pela fiscalização do contrato todas as Notas Fiscais/Faturas dos serviços prestados.
- 3.5. Administrar todo e qualquer assunto relativo aos empregados da CONTRATADA, respondendo, por todos os atos e fatos gerados ou provocados por eles.
- 3.6. Apresentar soluções técnicas para problemas detectados pelo corpo técnico da CONTRATADA.

**CLÁUSULA OITAVA – DO HORÁRIO DE REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS**

1. O horário normal de realização dos serviços de manutenção predial preventiva e corretiva serão prestados de segunda a sexta-feira, exceto feriados, **no período compreendido entre 07:00 e 16:48 horas.**
2. Os serviços de manutenção, sempre que possível, deverão ser desenvolvidos no período indicado acima. **Entretanto, caso a natureza do serviço a ser executado possa causar interrupções no funcionamento dos sistemas essenciais (energia elétrica, prevenção e combate a incêndio) ou possa causar qualquer problema ao normal funcionamento da PRT 7ª Região, os serviços deverão ser programados para outros horários e dias, mediante autorização expressa da CONTRATANTE.**



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO  
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO**

Av. Almirante Barroso n.º 466, Praia de Iracema, Fortaleza/CE, CEP: 60.060-440  
Telefone: (85) 3878.8329 – e-mail: [prrt07.contratos@mpt.mp.br](mailto:prrt07.contratos@mpt.mp.br)

3. O engenheiro responsável técnico pela condução dos serviços deverá se apresentar a Fiscalização, em emergência ou em circunstâncias indispensáveis definidas pela Fiscalização, **no prazo máximo de 4 (quatro) horas após a sua convocação**, ou quando solicitado sem prévio agendamento, ainda que fora do horário e dia especificados para a manutenção.

**3.1. No caso de situações emergenciais**, o engenheiro responsável pela condução dos serviços deverá alocar a equipe de manutenção necessária para a solução do problema emergencial, mesmo que fora do horário e dia especificados para os serviços.

**CLÁUSULA NONA – DAS CONDIÇÕES DE GARANTIA DOS SERVIÇOS E DOS MATERIAIS**

1. A CONTRATADA **compromete-se a oferecer garantia de no mínimo 90 (noventa) dias para os serviços de manutenção (preventiva e corretiva) e sob demanda.**

**1.1.** Os prazos de garantia dos materiais, componentes e acessórios novos serão de acordo com a garantia oferecida pelo fabricante, exceto quando não especificada, a empresa deverá oferecer garantia de no mínimo **90 (noventa) dias**.

2. Na entrega do serviço, a CONTRATADA **deverá fornecer certificado de garantia através de documento próprio ou anotação (impressa ou carimbada) na segunda via da nota fiscal.**

3. A CONTRATADA **deverá também fornecer por escrito um termo de garantia das instalações, comprometendo-se de maneira intransferível a substituir, corrigir ou reparar quaisquer defeitos que eventualmente possam surgir nas mesmas**, incluindo todas as despesas com materiais de reposição e mão de obra necessários ao cumprimento dos termos de garantia, desde que não provenientes de desgaste normal, operação incorreta ou por não obediência às recomendações claramente expressas.

4. Ocorrendo defeito durante o período de garantia, a CONTRATADA **será comunicada por escrito e deverá providenciar o reparo no prazo definido com a fiscalização.**

5. Nos equipamentos em que ainda resta prazo de garantia por conta da empresa fornecedora e/ou instaladora **serão realizados apenas os serviços preventivos e necessários para vigência máxima da garantia**, cabendo ao garantidor o fornecimento e a troca das peças necessárias ao perfeito funcionamento dos equipamentos neste intervalo, enquanto depois deste tempo a parcialidade dos serviços cessará e toda a responsabilidade de manutenção e garantia estará sobre a CONTRATADA.

**5.1. A CONTRATANTE** disponibilizará informações dos equipamentos e/ou componentes que se encontram em garantia por conta de terceiro.





**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO  
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO**

Av. Almirante Barroso n.º 466, Praia de Iracema, Fortaleza/CE, CEP: 60.060-440  
Telefone: (85) 3878.8329 – e-mail: [prt07.contratos@mpt.mp.br](mailto:prt07.contratos@mpt.mp.br)

**5.2. A CONTRATADA** comprovará aptidão para realizar os serviços preventivos e corretivos necessários à vigência máxima da garantia dos equipamentos instalados, caso contrário será responsável pela restauração das condições normais de funcionamento e garantia equivalente à interrompida, sem custos adicionais à **CONTRATANTE**.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DAS CONDIÇÕES DE GARANTIA DOS SERVIÇOS E DOS MATERIAS**

**1 - É permitida a subcontratação parcial do objeto, dentro dos limites 5% (cinco por cento) por serviço e o total de 15% (quinze por cento) durante a vigência contratual, desde que autorizado pela CONTRATANTE, nas seguintes condições:**

**2.** Para serviços especializados eventuais, que não correspondam à parcela relevante do objeto, tais como: soldador, marceneiro, chaveiro, artífice e afins; e

**3.** Serviços especializados que exijam credenciamento /autorização dos fabricantes ou credenciamento dos órgãos oficiais e concessionárias de serviços públicos.

**4.** Os serviços subcontratados serão mensurados e pagos conforme prevê o subitem 12.4. deste Termo.

**5.** A Contratada fica obrigada, em um prazo máximo de 60 (sessenta) dias após a autorização da subcontratação pela Contratante, a apresentar cópias dos contratos de serviços subcontratados firmados com as empresas especializadas, autorizadas pelas autoridades competentes, bem como os documentos e atestados que comprovem o fato de as empresas e os profissionais serem autorizados e/ou especializados.

**6.** A subcontratação depende de autorização prévia da **CONTRATANTE**, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

**7.** Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da **CONTRATADA** pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a **CONTRATANTE** pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

**8.** Conforme resolução do **CONFEA**, a coautoria ou a corresponsabilidade por atividade técnica, bem como o trabalho em equipe para execução de obra ou prestação de serviço obriga ao registro de ART, vinculada à ART primeiramente registrada.

**9.** Assim, a subcontratação ou a subempreitada de parte ou da totalidade da obra ou do serviço obriga ao registro de ART, da seguinte forma:

9.1. O profissional da pessoa jurídica inicialmente contratada deve registrar ART de gestão, direção, supervisão ou



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO  
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO**

Av. Almirante Barroso n.º 466, Praia de Iracema, Fortaleza/CE, CEP: 60.060-440  
Telefone: (85) 3878.8329 – e-mail: [prt07.contratos@mpt.mp.br](mailto:prt07.contratos@mpt.mp.br)

coordenação do serviço subcontratado, conforme o caso; e

9.1.1. O profissional da pessoa jurídica subcontratada deve registrar ART de obra ou serviço relativa à atividade que lhe foi subcontratada, vinculada à ART de gestão, supervisão, direção ou coordenação do CONTRATANTE.

**10. Exceto as admitidas no edital e no contrato, toda subcontratação total ou parcial do objeto constitui motivo para rescisão do Contrato.**

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS CONDIÇÕES DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**

**1. A execução dos serviços e procedimentos aqui descritos serão de total responsabilidade da CONTRATADA, independentemente dos horários de trabalho (diurnos, noturnos, dias úteis ou fins de semana e feriados) e de materiais complementares, sem nenhum custo extraordinário ao CONTRATANTE além daqueles contratados.**

**2. Entende-se por *serviço de atendimento de manutenção preventiva*** aquele que é realizado sobre a edificação, seus componentes constituintes e/ou equipamentos com a finalidade de conservar, manter, assegurar sua qualidade de operação.

**3. Entende-se por *serviço atendimento de manutenção corretiva*** aquele que é realizado para recuperar a capacidade funcional dos equipamentos e/ou componentes constituintes da edificação, eventualmente visando sanar operação precária, em desacordo com as normas de instalação e conservação de fabricação, defeito de instalação ou manutenção preexistente ou qualquer outro defeito do qual se possa presumir estar o serviço em desacordo com as atividades estipuladas no presente Termo.

**4. A *manutenção preventiva*** é uma intervenção prevista, preparada e programada antes da data possível do surgimento de uma falha. É o conjunto de serviços, ensaios, simulações, ajustes, testes ou substituição de peças executados de forma periódica visando evitar a ocorrência de quebras e defeitos e manter a continuidade dos serviços em condições nominais de funcionamento.

**5. A *manutenção corretiva*** é aquela que atua quando há desgaste ou falha nos equipamentos, substituindo as peças e os componentes afetados. Trata-se de um conjunto de procedimentos que visam corrigir, restaurar e recuperar a capacidade de produção de uma instalação ou equipamento que tenham sofrido alteração em seu funcionamento.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO  
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO**

Av. Almirante Barroso n.º 466, Praia de Iracema, Fortaleza/CE, CEP: 60.060-440  
Telefone: (85) 3878.8329 – e-mail: [pvt07.contratos@mpt.mp.br](mailto:pvt07.contratos@mpt.mp.br)

**6. A manutenção emergencial** é a correção da falha no equipamento gera situações de desconforto ou risco para os usuários da edificação, ou afeta o funcionamento de sistemas críticos ou de atividades cotidianas vitais da edificação, requerendo providências imediatas para sua correção, é um desdobramento da manutenção corretiva.

**7. Serviços de atendimento de manutenção preventiva**

**8.** A manutenção preventiva periódica deverá ser executada independentemente de demanda pela Contratante, de acordo com as rotinas, quantitativos e especificações apresentadas.

**9.** Os serviços de atendimento de manutenção preventiva caracterizam-se por uma disponibilidade continuada e visitas programadas para a realização dos serviços, sendo sua remuneração realizada por meio de pagamento conforme a realização dos serviços e em concordância com a programação dos serviços de manutenção e com o estabelecimento do cronograma físico financeiro quando da assinatura do contrato.

**10.** Deverão ser adotadas as rotinas mínimas de manutenção preventiva padronizadas em todos os sistemas e instalações (equipamentos).

**11.** A manutenção preventiva dos sistemas será executada com base nas Rotinas de Manutenção Preventiva, anexas a este Termo de Referência, e nas prescrições dos fabricantes, em consonância com as orientações e demandas da Fiscalização e a própria experiência da CONTRATADA no ramo. [SEP]

**11.1.** As manutenções preditiva e preventiva ocorrerão concomitantes e de forma programada, conforme o sistema a ser mantido e de acordo com as normas técnicas vigentes e as recomendações dos fabricantes dos equipamentos, se for o caso.

**11.2.** O Plano de Manutenção Preventiva poderá ser alterado a qualquer tempo pelo CONTRATANTE, que poderá modificar as rotinas e a periodicidade dos serviços, bastando comunicar à CONTRATADA por escrito, a qual terá o prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis para promover os acertos necessários.

**12.** Caso os engenheiros responsáveis técnicos da CONTRATADA julgarem necessárias alterações ou complementações nas rotinas de manutenção para o funcionamento seguro e eficiente dos equipamentos e sistemas, deverá submeter o assunto à Fiscalização.

**13. Todos os INSUMOS:** materiais de consumo, ferramentas, acessórios e equipamentos, necessários para as rotinas de manutenção predial deverão estar contemplados no valor fixo mensal pago à CONTRATADA, conforme estimativa contida na Planilha de Custos e Formação de Preços do Profissional Residente, não cabendo nenhum custo adicional para a CONTRATANTE, exceto quando se tratar de material ou equipamentos de custo elevado e que não sejam de propriedade da Contratada, e que onere a contratação de modo a causar o desequilíbrio contratual, caso em que deverá ser solicitado orçamento prévio consubstanciado





**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO  
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO**

Av. Almirante Barroso n.º 466, Praia de Iracema, Fortaleza/CE, CEP: 60.060-440  
Telefone: (85) 3878.8329 – e-mail: [pvt07.contratos@mpt.mp.br](mailto:pvt07.contratos@mpt.mp.br)

a ser submetido à aprovação da Contratante para fins de ressarcimento.

**Serviços de atendimento de manutenção corretiva e/ou emergencial**

**14.** Os serviços de manutenção corretiva e/ou emergencial têm caráter de disponibilidade continuada e serão acionados sempre que demandados.

**15.** A manutenção corretiva, caracterizada por serviços planejados ou não, e possui o objetivo de reparação, restauração, conserto, substituição de equipamentos, componentes ou peças na busca de corrigir falhas, devendo ser minimizada com a prática constante da prevenção e planejada quando da paralisação parcial ou total dos sistemas ou equipamentos envolvidos

**16.** Os serviços de manutenção corretiva emergencial têm como características principais: falha em qualquer dos sistemas de infraestrutura predial, objeto desta contratação, não previsível e de ordem extraordinária que pode ocasionar dano patrimonial ou a terceiro; e que exigem regime de disponibilidade 24 horas/dia x 7 dias/semana x 365 dias/ano.

**17.** Em chamada atendida fora do horário comercial ou aos domingos e feriados, quando devidamente justificada e autorizada pela Contratante, será devido o valor da hora adicional extra estipulada no Contrato.

**18.** Serviço eventual: ocorrendo a necessidade de serviço adicional, devidamente justificado e aprovado pela fiscalização da Contratante, este deverá ser remunerado pelo valor auferido na medição pela fiscalização, consubstanciado na Planilha Orçamentária aprovada, que terá como parâmetro as horas e o valor dos serviços obtidos em tabelas oficiais (SINAPI), considerando ainda o desconto obtido na licitação e o BDI contratado.

**19.** Materiais, peças e componentes: os materiais, peças e componentes de reposição necessários para correção dos eventos deverão ser descritas e quantificadas em orçamento detalhado, pela contratada, e aprovados mediante prévia autorização, pela CONTRATANTE, para fins pagamento dos bens efetivamente entregues.

**20.** No processo de atendimento, a CONTRATADA deverá fazer uso do *SOFTWARE* de gestão de manutenção de forma a possibilitar à Procuradoria Regional do Trabalho da 7ª Região a realização de consultas e geração de relatórios e estatísticas a qualquer momento durante o atendimento dos chamados ou após o seu fechamento.

**21. Visita técnica para atendimento de serviços de manutenção corretiva e/ou emergências.**

**22.** As visitas técnicas para o atendimento de demanda corretiva e/ou urgente serão pagas pela composição da hora do profissional, tendo como parâmetro as horas e o custo unitário previsto em tabelas oficiais (SINAPI), deduzido de possível desconto obtido na licitação e acrescido do BDI proposto.

**23.** Transporte de pessoal, materiais, equipamentos e ferramentais: Os deslocamentos dos materiais, equipamentos e ferramentas (inclusive escada ou andaime) serão de



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO  
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO**

Av. Almirante Barroso n.º 466, Praia de Iracema, Fortaleza/CE, CEP: 60.060-440  
Telefone: (85) 3878.8329 – e-mail: [prrt07.contratos@mpt.mp.br](mailto:prrt07.contratos@mpt.mp.br)

responsabilidade da Contratada, sem quaisquer ônus adicionais para a Contratante.

**24. Forma de chamado**

24.1. A Contratada será acionada para atender as demandas corretivas e/ou emergências da Procuradoria, exclusivamente pela Fiscalização - fiscal administrativo e/ou fiscal técnico do contrato.

24.2. **Os chamados de manutenção corretiva e/ou emergencial serão encaminhados pela Fiscalização da PRT 7ª Região por escrito e via mensagem eletrônica (e-mail)**, eventualmente poderão ser solicitados por WhatsApp e anotadas em registro próprio. A Contratada deverá estar apta a receber os chamados, tratá-los e respondê-los conforme modelo utilizado pela Procuradoria

24.3. **Os números de contato** (telefone e celular) deverão ser informados à Procuradoria na assinatura do Contrato e sempre que forem alterados.

24.4. **Fora dos horários normais de expediente** e em finais de semana e/ou feriados, a Contratada deverá oferecer condições de ser acionada pela Procuradoria mediante chamada **por telefone celular ou rádio comunicação em emergências**.

24.5. Os custos com a aquisição ou locação, manutenção e utilização dos aparelhos de telefone celular ou rádio comunicação são de responsabilidade da Contratada, não cabendo nenhuma despesa adicional à Procuradoria

**25.** A Contratada deverá atender a toda e qualquer solicitação dos fiscais técnicos e/ou administrativos da Procuradoria para a imediata execução de manutenções corretivas, dentro dos prazos previstos, mesmo em caso de ocorrências simultâneas, ou fora do horário/dia de expediente da Procuradoria.

**26.** **Todo equipamento, componente ou peça que necessitar ser removido para conserto em oficinas necessitará de prévia autorização da Fiscalização.** As despesas com a retirada, a remessa, a devolução e a posterior reinstalação dos componentes correrão por conta da CONTRATADA.

**27.** Todas as peças, componentes e materiais porventura substituídos deverão ser entregues pela CONTRATADA à Fiscalização.

**28.** Caso seja identificado um defeito no sistema ou equipamento, a CONTRATADA deverá apresentar laudo técnico com proposta de substituição de peças.

**29.** Nos equipamentos ou sistemas que se encontrem em **período de garantia**, os serviços de manutenção corretiva somente poderão ser cobrados após a constatação de que o problema não decorre de defeito coberto pela garantia.

**30.** A CONTRATADA deverá responsabilizar-se pelos serviços de torno, solda e balanceamento, bem como de recuperação e aferimento de componentes eletrônicos.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO  
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO**

Av. Almirante Barroso n.º 466, Praia de Iracema, Fortaleza/CE, CEP: 60.060-440  
Telefone: (85) 3878.8329 – e-mail: [prrt07.contratos@mpt.mp.br](mailto:prrt07.contratos@mpt.mp.br)

**31.** A CONTRATADA somente substituirá materiais, peças e componentes em caso de comprovada necessidade, mediante prévia justificativa assinada pelo seu Responsável Técnico e aprovada pela CONTRATANTE.

**32.** A CONTRATADA deverá realizar testes e ajustes após os reparos para garantir o perfeito funcionamento dos equipamentos;

**33.** No caso de não existir a possibilidade de realizar os serviços no local onde estão localizados os equipamentos, a CONTRATADA poderá levar o equipamento para consertá-lo em suas dependências, desde que sejam respeitadas as normas de saída dos equipamentos do CONTRATANTE.

**34.** O emprego de mão-de-obra deve ficar a cargo de profissionais de reconhecida qualificação por parte da CONTRATADA.

**35.** É de responsabilidade da CONTRATADA a obediência as normas regulamentadoras de segurança do trabalho.

**36.** Em relação à estimativa de horas de serviço previstas neste Termo de Referência, não existe previsão de demanda mínima e os quantitativos são estimativos, não garantindo à CONTRATADA a sua efetiva execução e consequente direito ao recebimento.

**Serviços eventuais de atendimento sob demanda:**

**37.** Os serviços eventuais são pequenos serviços de adequação e adaptação necessários para a recomposição dos serviços corretivos ou mesmo para manter a padronização da edificação, bem como aqueles de natureza extraordinária e/ou imprevisível, que podem ser solicitados pela Contratada durante a vigência do contrato, **condicionados à autorização prévia da Contratante e à existência de crédito orçamentário para sua realização.**

**38.** A CONTRATADA deverá **elaborar orçamento prévio contendo as especificações, os quantitativos e os preços unitários e o total, acompanhado das respectivas composições de preços**, deduzindo o desconto auferido na licitação e aplicando o percentual do BDI contratado, devendo submetê-lo à aprovação da CONTRATANTE.

**39.** A elaboração do orçamento prévio deverá atender ao regramento estabelecido pelo **Decreto 7.983/2013**, o qual será obtido a partir das composições dos custos unitários menores ou iguais à mediana de seus correspondentes nos custos unitários de referência do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil - SINAPI, excetuados os itens caracterizados como montagem industrial ou que não possam ser considerados como de construção civil.

**40.** Em caso de inviabilidade da definição dos custos conforme a alínea anterior, a estimativa de custo global poderá ser apurada por meio da utilização de dados contidos em tabela de referência formalmente aprovada por órgãos ou entidades da administração pública federal em



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO**  
**PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO**

Av. Almirante Barroso n.º 466, Praia de Iracema, Fortaleza/CE, CEP: 60.060-440

Telefone: (85) 3878.8329 – e-mail: [prt07.contratos@mpt.mp.br](mailto:prt07.contratos@mpt.mp.br)

publicações técnicas especializadas, em sistema específico instituído para o setor ou em pesquisa de mercado.

**41. Os prazos de atendimento dos serviços eventuais sob demanda** também são definidos de acordo com a prioridade do chamado, conforme especificado no Índice de Qualidade de Manutenção.

**42.** Caso seja constatado que a necessidade de quaisquer destes serviços se deu em função da deficiência/negligência na execução das manutenções preventivas e corretivas, os custos serão arcados pela CONTRATADA, não cabendo à Contratante qualquer tipo de ônus.

**43.** Os serviços serão executados obedecendo os descritivos constantes do **Anexo I – Especificações Técnicas** e conforme tabela de serviços sob demanda abaixo.

**44.** O pagamento dos serviços eventuais sob demanda será realizado somente após a efetiva execução pela CONTRATADA e aprovação pela Fiscalização.

*Tabela 13 – Serviços de manutenção Sob Demanda, Corretiva Emergencial e/ou Eventual*

1.0	MANUTENÇÕES CORRETIVAS EVENTUAIS / SERVIÇOS SOB DEMANDA - ARQUITETURA	UN.	ESPECIFICAÇÃO
1.1	VISITAS TÉCNICAS -DEMANDA CORRETIVA E/OU EMERGENCIAIS		
	VISITA TÉCNICA PARA ATENDIMENTO DE DEMANDAS CORRETIVAS / EMERGENCIAIS	Un.	Visita técnica para atendimento de serviços de manutenção corretiva e/ou emergências, conforme definição do Termo de Referência.
1.2	PAREDES ELEMENTOS DE FECHAMENTO		
1.2.1	ALVENARIAS DE BLOCO CERÂMICO	m²	Execução de alvenaria com tijolo cerâmico assentados com argamassa pronta para alvenaria, conforme padrão definido no Anexo I - Especificações Técnicas, incluindo todos os insumos necessários.
1.2.2	ELEMENTOS VAZADOS DE CONCRETO (COBOGÓS)	m²	Execução de elementos vazados de concreto, conforme padrão definido no Anexo I - Especificações Técnicas, incluindo todos os insumos necessários.
1.2.3	DIVISÓRIA EM GESSO ACARTONADO SISTEMA DRYWALL	m²	Execução de divisória em gesso acartonado tipo drywall, incluindo todos os insumos necessários, conforme padrão definido no Anexo I - Especificações Técnicas, incluindo todos os insumos necessários.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO**  
**PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO**

Av. Almirante Barroso n.º 466, Praia de Iracema, Fortaleza/CE, CEP: 60.060-440

Telefone: (85) 3878.8329 – e-mail: [prt07.contratos@mpt.mp.br](mailto:prt07.contratos@mpt.mp.br)

1.2.4	DIVISÓRIA ACÚSTICA EM GESSO ACARTONADO SISTEMA DRY-WALL	m²	Execução de divisória acústica em gesso acartonado tipo drywall, incluindo todos os insumos necessários, conforme padrão definido no Anexo I - Especificações Técnicas, incluindo todos os insumos necessários.
1.2.5	DIVISÓRIAS DE GRANITO tipo 1	m²	Execução de divisória em granito branco Ceara ou equivalente, conforme padrão definido no Anexo I - Especificações Técnicas, incluindo todos os insumos necessários.
1.2.6	DIVISÓRIAS DE GRANITO tipo 2	m²	Execução de divisória em granito cinza Andorinha ou equivalente, conforme padrão definido no Anexo I - Especificações Técnicas, incluindo todos os insumos necessários.
<b>1.3</b>	<b>ESQUADRIAS / FERRAGENS</b>		
1.3.1	FECHADURAS DES 01	Un.	Fornecimento e instalação de fechadura modelo DES 1 forme padrão definido no Anexo I - Especificações Técnicas, incluindo todos os insumos necessários
1.3.2	FECHADURAS DES 02	Un.	Fornecimento e instalação de fechadura modelo DES 2 forme padrão definido no Anexo I - Especificações Técnicas, incluindo todos os insumos necessários
1.3.3	FECHADURAS DES 03	Un.	Fornecimento e instalação de fechadura modelo DES 3 forme padrão definido no Anexo I - Especificações Técnicas, incluindo todos os insumos necessários
1.3.4	DOBRADIÇAS	Un.	Fornecimento e instalação de dobradiças em latão conforme padrão definido no Anexo I - Especificações Técnicas, incluindo todos os insumos necessários
1.3.5	MOLA HIDRÁULICA AÉREA	Un.	Fornecimento e instalação de mola hidráulica aérea conforme padrão definido no Anexo I - Especificações Técnicas, incluindo todos os insumos necessários



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO**  
**PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO**

Av. Almirante Barroso n.º 466, Praia de Iracema, Fortaleza/CE, CEP: 60.060-440

Telefone: (85) 3878.8329 – e-mail: [prrt07.contratos@mpt.mp.br](mailto:prrt07.contratos@mpt.mp.br)

1.3.6	MOLA HIDRÁULICA DE PISO	Un.	Fornecimento e instalação de mola hidráulica de piso conforme padrão definido no Anexo I - Especificações Técnicas, incluindo todos os insumos necessários
<b>1.4</b>	<b>REVESTIMENTOS DE PISO</b>		
1.4.1	CONCRETO DESEMPOLADO	m²	Execução de piso em concreto despolado conforme padrão estabelecido no Anexo I - Especificações Técnicas de Materiais
1.4.2	CIMENTADO RÚSTICO	m²	Execução de piso em cimento rustico conforme padrão estabelecido no Anexo I - Especificações Técnicas de Materiais
1.4.3	PISO INTERTRAVADO	m²	Execução de piso intertravado conforme padrão estabelecido no Anexo I - Especificações Técnicas de Materiais
1.4.4	PISO EM ALTA RESISTÊNCIA	m²	Execução de piso em argamassa mecânica de alta resistência conforme padrão estabelecido no Anexo I - Especificações Técnicas de Materiais
1.4.5	PISO VINÍLICO TIPO 1	m²	Execução de piso em piso vinílico homogêneo semiflexível conforme padrão estabelecido no Anexo I - Especificações Técnicas de Materiais
1.4.6	PISO VINÍLICO TIPO 2	m²	Execução de piso vinílico decorativo padrão madeira conforme padrão estabelecido no Anexo I - Especificações Técnicas de Materiais
1.4.7	PISO VINÍLICO TIPO 3	m²	Execução de piso vinílico em mantas heterogêneas conforme padrão estabelecido no Anexo I - Especificações Técnicas de Materiais
1.4.8	PISO EM GRANITO TIPO 1	m²	Execução de piso em granito polido e calibrado Branco Ceará conforme padrão estabelecido no Anexo I - Especificações Técnicas de Materiais
1.4.9	PISO EM GRANITO TIPO 2	m²	Execução de piso granito polido e calibrado Juparaná Gold conforme padrão estabelecido no Anexo I - Especificações Técnicas de Materiais



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO****PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO**

Av. Almirante Barroso n.º 466, Praia de Iracema, Fortaleza/CE, CEP: 60.060-440

Telefone: (85) 3878.8329 – e-mail: [prr07.contratos@mpt.mp.br](mailto:prr07.contratos@mpt.mp.br)

1.4.10	PISO CERÂMICO TIPO 1	m <sup>2</sup>	Execução de piso em porcelanato superbranco acabamento Polido conforme padrão estabelecido no Anexo I - Especificações Técnicas de Materiais
1.4.11	PISO CERÂMICO TIPO 2	m <sup>2</sup>	Execução de piso cerâmica 30x30cm conforme padrão estabelecido no Anexo I - Especificações Técnicas de Materiais
1.4.12	PISO CERÂMICO TIPO 3	m <sup>2</sup>	Execução de piso cerâmica 41x41cm, antiderrapante conforme padrão estabelecido no Anexo I - Especificações Técnicas de Materiais
1.4.13	PISO CERÂMICO TIPO 4	m <sup>2</sup>	Execução de piso cerâmica 45x45cm conforme padrão estabelecido no Anexo I - Especificações Técnicas de Materiais
1.4.14	PISOS HIDRÁULICOS – PLACAS DE GRANITO RECONSTITUÍDO	m <sup>2</sup>	Execução de piso hidráulico em granito reconstituído conforme padrão estabelecido no Anexo I - Especificações Técnicas de Materiais
1.4.15	PISO EM PLACAS DE BORRACHA	m <sup>2</sup>	Execução de placas de piso em borracha na composição de piso tátil conforme padrão estabelecido no Anexo I - Especificações Técnicas de Materiais
<b>1.5</b>	<b>REVESTIMENTOS DE PAREDE</b>		
1.5.1	ARGAMASSA	m <sup>2</sup>	Execução de argamassa de cimento e areia média no traço volumétrico 1:3 conforme padrão estabelecido no Anexo I - Especificações Técnicas de Materiais
1.5.2	ARGAMASSA TEXTURIZADA	m <sup>2</sup>	Execução de argamassa do tipo texturizada conforme padrão estabelecido no Anexo I - Especificações Técnicas de Materiais
1.5.3	REVESTIMENTO CERÂMICO TIPO 5	m <sup>2</sup>	Execução de Cerâmica 40x40cm conforme padrão estabelecido no Anexo I - Especificações Técnicas de Materiais
1.5.4	REVESTIMENTO CERÂMICO TIPO 6	m <sup>2</sup>	Execução de cerâmica 45x33cm conforme padrão estabelecido no Anexo I - Especificações Técnicas de Materiais



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO**  
**PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO**

Av. Almirante Barroso n.º 466, Praia de Iracema, Fortaleza/CE, CEP: 60.060-440

Telefone: (85) 3878.8329 – e-mail: [prr07.contratos@mpt.mp.br](mailto:prr07.contratos@mpt.mp.br)

1.5.5	REVESTIMENTO CERÂMICO TIPO 7	m <sup>2</sup>	Execução de cerâmica 30x30cm conforme padrão estabelecido no Anexo I - Especificações Técnicas de Materiais
1.5.6	REVESTIMENTO CERÂMICO TIPO 8	m <sup>2</sup>	Execução de cerâmica 5x5cm conforme padrão estabelecido no Anexo I - Especificações Técnicas de Materiais
1.5.7	REVESTIMENTO CERÂMICO TIPO 9	m <sup>2</sup>	Execução de cerâmica 5x5cm conforme padrão estabelecido no Anexo I - Especificações Técnicas de Materiais
<b>1.6</b>	<b>FORROS</b>		
1.6.1	FORRO PLÁSTICO – PVC RÍGIDO	m <sup>2</sup>	Execução de forro de plástico - PVC rígido conforme padrão definido no Anexo I - Especificações Técnicas, incluindo todos os insumos necessários.
1.6.2	FORRO ABSORVENTE	m <sup>2</sup>	Execução de forro absorvente em placa de lã de vidro conforme padrão definido no Anexo I - Especificações Técnicas, incluindo ferragens, fixações e todos os demais insumos necessários
1.6.3	FORRO EM GESSO ACARTONADO LISO	m <sup>2</sup>	Execução de forro de acartonado liso rígido conforme padrão definido no Anexo I - Especificações Técnicas, incluindo todos os insumos necessários.
1.6.4	FORRO EM GESSO ACARTONADO RESISTENTE À UMIDADE	m <sup>2</sup>	Execução de forro de plástico - PVC rígido conforme padrão definido no Anexo I - Especificações Técnicas, incluindo todos os insumos necessários.
<b>1.7</b>	<b>PINTURA</b>		
1.7.1	PINTURA EM TINTA 100% ACRÍLICA	m <sup>2</sup>	Pintura de paredes internas e externas com tinta látex acrílica, incluindo lixamento, aplicação de selador acrílico e demais insumos necessários. Execução conforme Anexo I - Especificações Técnicas
1.7.2	PINTURA EM TINTA LÁTEX PVA	m <sup>2</sup>	Pintura de forros e lajes com tinta PVA, incluindo lixamento, aplicação de selador e demais insumos necessários.

**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO****PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO**

Av. Almirante Barroso n.º 466, Praia de Iracema, Fortaleza/CE, CEP: 60.060-440

Telefone: (85) 3878.8329 – e-mail: [prr07.contratos@mpt.mp.br](mailto:prr07.contratos@mpt.mp.br)

			Execução conforme Anexo I - Especificações Técnicas
1.7.3	PINTURA EM TINTA TIPO EPÓXI	m <sup>2</sup>	Pintura em tinta epóxi, incluindo todos os insumos necessários, demãos. Execução conforme Anexo I - Especificações Técnicas
1.7.4	VERNIZ EM ESTRUTURA DE CONCRETO E EM COBOGÓS	m <sup>2</sup>	Aplicação de verniz a base de água concreto aparente, com preparação de superfície e aplicação de selador, incluindo todos os insumos necessários. Execução conforme Anexo I - Especificações Técnicas
1.7.5	PINTURA EM BORRACHA CLORADA	m <sup>2</sup>	Pintura piso (faixas de demarcação, setas de direção, escritas no piso, outros) com utilização de tinta à base de borracha clorada, incluindo todos os insumos necessários. Execução conforme Anexo I - Especificações Técnicas
1.7.6	PINTURA AUTOMOTIVA	m <sup>2</sup>	Pintura com tinta automotiva para mastros em esmalte sintético automotivo, incluindo lixamento, fundo preparador e demais insumos necessários. Execução conforme Anexo I - Especificações Técnicas
1.7.7	PINTURA EM ESMALTE SINTÉTICO	m <sup>2</sup>	Pintura em esmalte sintético em todas as esquadrias de aço e ferro, nos corrimãos das escadas e nos pilares do estacionamento incluindo lixamento, fundo preparador e demais insumos necessários. Execução conforme Anexo I - Especificações Técnicas
<b>1.8</b>	<b>IMPERMEABILIZAÇÕES</b>		
1.8.1	SISTEMA 02 (PISO E PAREDE)	m <sup>2</sup>	Execução de impermeabilização com sistema com manta asfáltica a base de asfalto modificado com polímeros elastoméricos (4 mm) conforme padrão definido no Anexo I - Especificações Técnicas, incluindo todos os insumos necessários.
1.8.2	PROTEÇÃO MECÂNICA	m <sup>2</sup>	Execução de proteção mecânica de superfície horizontal com argamassa



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO**  
**PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO**

Av. Almirante Barroso n.º 466, Praia de Iracema, Fortaleza/CE, CEP: 60.060-440

Telefone: (85) 3878.8329 – e-mail: [prr07.contratos@mpt.mp.br](mailto:prr07.contratos@mpt.mp.br)

			de cimento e areia.
<b>1.9</b>	<b>ACABAMENTOS E ARREMATES</b>		
1.9.1	RODAPÉ EM GRANITO TIPO 1	m <sup>2</sup>	Execução de rodapé em granito Branco Ceará conforme padrão definido no Anexo I - Especificações Técnicas, incluindo todos os insumos necessários.
1.9.2	RODAPÉ EM GRANITO TIPO 2	m <sup>2</sup>	Execução de rodapé em granito Juparaná Gold conforme padrão definido no Anexo I - Especificações Técnicas, incluindo todos os insumos necessários.
1.9.3	RODAPÉ EM MADEIRA	m <sup>2</sup>	Execução de rodapé em madeira tipo Mogno Rosa conforme padrão definido no Anexo I - Especificações Técnicas, incluindo todos os insumos necessários.
<b>1.10</b>	<b>COMUNICAÇÃO VISUAL</b>		
1.10.1	LETREIRO DA FACHADA	Un.	Fixação e ajustes de letreiro da fachada (placa tipo f) - placas de porta ou parede, no padrão estabelecido pela PRT, incluindo fixação e todos os insumos necessários.
1.10.2	PLACAS REFERENCIAIS (PLACA TIPO A/B)	Un.	Fixação e ajustes de placas referenciais (placa tipo a e b), no padrão estabelecido pela PRT, incluindo fixação e todos os insumos necessários.
1.10.3	PLACAS DE SINALIZAÇÃO EXTERNA DE ESTACIONAMENTO	Un.	Fixação e ajustes de placas de sinalização externa de estacionamento, no padrão estabelecido pela PRT, incluindo fixação e todos os insumos necessários.
1.10.4	TOTEM	Un.	Fixação e ajustes de Totem com chumbador de aço no padrão estabelecido pela PRT, incluindo fixação e todos os insumos necessários.
<b>2.0</b>	<b>MANUTENÇÕES CORRETIVAS EVENTUAIS / SERVIÇOS SOB DEMANDA - HIDRÁULICA</b>	<b>UN.</b>	<b>ESPECIFICAÇÃO</b>



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO**  
**PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO**

Av. Almirante Barroso n.º 466, Praia de Iracema, Fortaleza/CE, CEP: 60.060-440

Telefone: (85) 3878.8329 – e-mail: [prrt07.contratos@mpt.mp.br](mailto:prrt07.contratos@mpt.mp.br)

<b>2.1</b>	<b>VISITAS TÉCNICAS -DEMANDA CORRETIVA E/OU EMERGENCIAIS</b>		
	VISITA TÉCNICA PARA ATENDIMENTO DE DEMANDAS CORRETIVAS / EMERGENCIAIS	Un.	Visita técnica para atendimento de serviços de manutenção corretiva e/ou emergências, conforme definição do Termo de Referência.
<b>2.2</b>	<b>EQUIPAMENTOS E ACESSÓRIOS</b>		
2.2.1	ASSENTOS PARA BACIA SANITÁRIA	Un.	Fornecimento e instalação de assentos para bacia sanitária conforme padrão definido no Anexo I - Especificações Técnicas, incluindo todos os insumos necessários
2.2.2	ASSENTOS PARA BACIA SANITÁRIA PARA PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS	Un.	Fornecimento e instalação de assentos PNE para bacia sanitária conforme padrão definido no Anexo I - Discriminações Técnicas, incluindo todos os insumos necessários
2.2.3	VÁLVULA DE DESCARGA PARA MICTÓRIO	Un.	Fornecimento e instalação de válvula de mictório conforme padrão definido no Anexo I - Especificações Técnicas, incluindo todos os insumos necessários
2.2.4	TORNEIRAS tipo 1	Un.	Fornecimento e instalação de Torneira de Torneira de Uso Geral conforme padrão definido no Anexo I - Especificações Técnicas, incluindo todos os insumos necessários
2.2.5	TORNEIRAS tipo 2	Un.	Fornecimento e instalação de Torneira de Mesa Bica Alta conforme padrão definido no Anexo I - Especificações Técnicas, incluindo todos os insumos necessários
2.2.6	TORNEIRAS tipo 3	Un.	Fornecimento e instalação de Torneira de Bica Móvel/ parede conforme padrão definido no Anexo I - Especificações Técnicas, incluindo todos os insumos necessários
2.2.7	TORNEIRAS tipo 5	Un.	Fornecimento e instalação de Torneira DECAMATIC com fechamento automático conforme padrão definido no Anexo I - Especificações Técnicas, incluindo todos os insumos necessários



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO**  
**PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO**

Av. Almirante Barroso n.º 466, Praia de Iracema, Fortaleza/CE, CEP: 60.060-440

Telefone: (85) 3878.8329 – e-mail: [prrt07.contratos@mpt.mp.br](mailto:prrt07.contratos@mpt.mp.br)

2.2.8	CHUVEIRO TIPO 1	Un.	Fornecimento e instalação de chuveiro acabamento cromado, 4 temperaturas, conforme padrão definido no Anexo I - Especificações Técnicas, incluindo todos os insumos necessários
2.2.9	CHUVEIRO TIPO 2	Un.	Fornecimento e instalação de chuveiro tradicional, conforme padrão definido no Anexo I - Especificações Técnicas, incluindo todos os insumos necessários
<b>2.3</b>	<b>ÁGUAS PLUVIAIS E DRENOS</b>		
2.3.1	TUBOS E CONEXÕES DE PVC RÍGIDO COM JUNTA ELÁSTICA, DIÂMETRO 50 mm	m	Correção de tubulações de água fria e drenos, inclusive com conexões, cortes e fixação, tubos e conexões de PVC rígido, bitola 50 mm, conforme padrão definido no Anexo I - Especificações Técnicas.
2.3.2	TUBOS E CONEXÕES DE PVC RÍGIDO COM JUNTA ELÁSTICA, DIÂMETRO 75 mm	m	Correção de tubulações de água fria e drenos, inclusive com conexões, cortes e fixação, tubos e conexões de PVC rígido, bitola 75 mm, conforme padrão definido no Anexo I - Especificações Técnicas.
2.3.3	TUBOS E CONEXÕES DE PVC RÍGIDO COM JUNTA ELÁSTICA, DIÂMETRO 100 mm	m	Correção de tubulações de água fria e drenos, inclusive com conexões, cortes e fixação, tubos e conexões de PVC rígido, bitola 100 mm, conforme padrão definido no Anexo I - Especificações Técnicas.
2.3.4	TUBOS E CONEXÕES DE PVC RÍGIDO COM JUNTA ELÁSTICA, DIÂMETRO 150 mm	m	Correção de tubulações de água fria e drenos, inclusive com conexões, cortes e fixação, tubos e conexões de PVC rígido, bitola 150 mm, conforme padrão definido no Anexo I - Especificações Técnicas.
<b>2.4</b>	<b>DISTRIBUIÇÃO DE AGUA FRIA</b>		
2.4.1	TUBO PVC PBS MARROM CLASSE 15, DIÂMETRO 20 mm	m	Correção de tubulações de distribuição de água fria, inclusive com conexões, cortes e fixação, tubos e conexões de PVC marrom classe 15, bitola 20 mm, conforme padrão definido no Anexo I - Especificações Técnicas.





**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO**  
**PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO**

Av. Almirante Barroso n.º 466, Praia de Iracema, Fortaleza/CE, CEP: 60.060-440

Telefone: (85) 3878.8329 – e-mail: [prrt07.contratos@mpt.mp.br](mailto:prrt07.contratos@mpt.mp.br)

2.4.2	TUBO PVC PBS MARROM CLASSE 15, DIÂMETRO 25 mm	m	Correção de tubulações de distribuição de água fria, inclusive com conexões, cortes e fixação, tubos e conexões de PVC marrom classe 15, bitola 25 mm, conforme padrão definido no Anexo I - Especificações Técnicas.
2.4.3	TUBO PVC PBS MARROM CLASSE 15, DIÂMETRO 32 mm	m	Correção de tubulações de distribuição de água fria, inclusive com conexões, cortes e fixação, tubos e conexões de PVC marrom classe 15, bitola 32 mm, conforme padrão definido no Anexo I - Especificações Técnicas.
2.4.4	REGISTRO DE GAVETA BRUTO, DIÂMETRO 3/4"	Un.	Substituição completa de registro de gaveta bruto 3/4", no padrão das instalações da unidade, incluindo todos os insumos necessário, conforme padrão definido no Anexo I - Especificações Técnicas.
2.4.5	REGISTRO DE GAVETA BRUTO, DIÂMETRO 1"	Un.	Substituição completa de registro de gaveta bruto 25 mm, no padrão das instalações da unidade, incluindo todos os insumos necessário, conforme padrão definido no Anexo I - Especificações Técnicas.
2.4.6	REGISTRO DE GAVETA BRUTO, DIÂMETRO 1.1/2"	Un.	Substituição completa de registro de gaveta bruto 32 mm, no padrão das instalações da unidade, incluindo todos os insumos necessário, conforme padrão definido no Anexo I - Especificações Técnicas.
3.0	<b>MANUTENÇÕES CORRETIVAS EVENTUAIS / SERVIÇOS SOB DEMANDA – ELÉTRICAS</b>	UN.	<b>ESPECIFICAÇÃO</b>
3.1	<b>VISITAS TÉCNICAS -DEMANDA CORRETIVA E/OU EMERGENCIAIS</b>		
	VISITA TÉCNICA PARA ATENDIMENTO DE DEMANDAS CORRETIVAS / EMERGENCIAIS	Un.	Visita técnica para atendimento de serviços de manutenção corretiva e/ou emergências, conforme definição do Termo de Referência.
3.2	<b>DISJUNTORES</b>		
3.2.1	DISJUNTOR MONOPOLAR PADRÃO NBR IEC 30898 10 A 32 A	Un.	Fornecimento e instalação de disjuntor monopolar de baixa tensão com infraestrutura completa, inclusive



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO**  
**PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO**

Av. Almirante Barroso n.º 466, Praia de Iracema, Fortaleza/CE, CEP: 60.060-440

Telefone: (85) 3878.8329 – e-mail: [prr07.contratos@mpt.mp.br](mailto:prr07.contratos@mpt.mp.br)

			fiações, se for o caso, incluindo os insumos necessários. Execução conforme orientações contidas no Anexo I - Especificações Técnicas
3.2.2	DISJUNTOR TRIPOLAR PADRÃO NBR IEC 30898 50 A 100 A	Un.	Fornecimento e instalação de disjuntor tripolar de baixa tensão com infraestrutura completa, inclusive fiações, se for o caso, incluindo os insumos necessários. Execução conforme orientações contidas no Anexo I - Especificações Técnicas
<b>3.3.</b>	<b>REATORES E LÂMPADAS</b>		
3.3.1	LÂMPADAS FLUORESCENTE 32W TUBULAR	Un.	Fornecimento e instalação de lâmpada 32w - referência Philips (MASTER TLDR32W-S85-25), mão de obra e insumos necessários. Verificar padrão existente ou padrão PRT se for o caso. Execução conforme orientações contidas no Anexo I - Especificações Técnicas
3.3.2	LÂMPADAS FLUORESCENTE 26W COMPACTA	Un.	Fornecimento e instalação de lâmpada 26w - Philips (MASTER PL-C/2P 26W/840), mão de obra e insumos necessários. Verificar padrão existente ou padrão PRT se for o caso. Execução conforme orientações contidas no Anexo I - Especificações Técnicas
3.3.3	LÂMPADAS FLUORESCENTE 20W COMPACTA	Un.	Fornecimento e instalação de lâmpada 20w - Philips (MASTER PLE/D-20W120-UNI), mão de obra e insumos necessários. Verificar padrão existente ou padrão PRT se for o caso. Execução conforme orientações contidas no Anexo I - Especificações Técnicas
3.3.4	LÂMPADAS FLUORESCENTE 16W TUBULAR	Un.	Fornecimento e instalação de lâmpada 16w - Philips (TLDRS16W-S85-25), mão de obra e insumos necessários. Verificar padrão existente ou padrão PRT se for o caso. Execução conforme orientações contidas no Anexo I - Especificações Técnicas



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO**  
**PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO**

Av. Almirante Barroso n.º 466, Praia de Iracema, Fortaleza/CE, CEP: 60.060-440

Telefone: (85) 3878.8329 – e-mail: [prt07.contratos@mpt.mp.br](mailto:prt07.contratos@mpt.mp.br)

3.3.5	LÂMPADAS FLUORESCENTE 15W COMPACTA	Un.	Fornecimento e instalação de lâmpada 150w - Philips (MASTER PLE/D-15W230V-UNI), mão de obra e insumos necessários. Verificar padrão existente ou padrão PRT se for o caso. Execução conforme orientações contidas no Anexo I - Especificações Técnicas
3.3.6	REATOR TIPO ELETRÔNICO 2x32 W	Un.	Fornecimento e instalação de reator eletrônico 2x32w - Philips (ED32A26), mão de obra e insumos necessários. Verificar padrão existente ou padrão PRT se for o caso. Execução conforme orientações contidas no Anexo I - Especificações Técnicas
3.3.7	REATOR TIPO ELETRÔNICO 2x26 W	Un.	Fornecimento e instalação de reator eletrônico 2x26w - Philips (ED26A26 PL-T/C), mão de obra e insumos necessários. Verificar padrão existente ou padrão PRT se for o caso. Execução conforme orientações contidas no Anexo I - Especificações Técnicas
3.3.8	REATOR TIPO ELETRÔNICO 1x26 W	Un.	Fornecimento e instalação de reator eletrônico 1x26w - Philips (HF-R 126 PL-T/C), mão de obra e insumos necessários. Verificar padrão existente ou padrão PRT se for o caso. Execução conforme orientações contidas no Anexo I - Especificações Técnicas
3.3.9	REATOR TIPO ELETRÔNICO 2x16 W	Un.	Fornecimento e instalação de luminária de emergência nova - Philips (ED16A26), mão de obra e insumos necessários. Verificar padrão existente ou padrão PRT se for o caso. Execução conforme orientações contidas no Anexo I - Especificações Técnicas
<b>4.0</b>	<b>DETECÇÃO E ALARME DE INCÊNDIO</b>		
4.1	DETECTOR DE FUMAÇA ÓTICO	Un.	Fornecimento e instalação de detector ótico de fumaça, conforme padrão existente. Testes e execução conforme orientações contidas no Anexo I - Especificações Técnicas



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO**  
**PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO**

Av. Almirante Barroso n.º 466, Praia de Iracema, Fortaleza/CE, CEP: 60.060-440

Telefone: (85) 3878.8329 – e-mail: [prt07.contratos@mpt.mp.br](mailto:prt07.contratos@mpt.mp.br)

4.2	DETECTOR DE TEMPERATURA	Un.	Fornecimento e instalação de detector de temperatura, conforme padrão existente. Testes e execução conforme orientações contidas no Anexo I - Especificações Técnicas
4.3	ACIONADORES MANUAIS	Un.	Fornecimento e instalação de acionador manual, conforme padrão existente. Testes e execução conforme orientações contidas no Anexo I - Especificações Técnicas
4.4	MÓDULO DE COMANDO	Un.	Fornecimento e instalação de módulo de comando, conforme padrão existente. Testes e execução conforme orientações contidas no Anexo I - Especificações Técnicas
4.5	MÓDULO MONITOR	Un.	Fornecimento e instalação de módulo monitor, conforme padrão existente. Testes e execução conforme orientações contidas no Anexo I - Especificações Técnicas
4.6	MÓDULO ISOLADOR	Un.	Fornecimento e instalação de módulo isolador, conforme padrão existente. Testes e execução conforme orientações contidas no Anexo I - Especificações Técnicas
<b>5.0</b>	<b>MANGUEIRAS DE INCÊNDIO</b>		
	CONJUNTO DE MANGUEIRAS DE INCÊNDIO	Un.	Fornecimento e instalação de conjunto de mangueira para combate a incêndio em fibra de poliéster pura, com 1.1/2", revestida internamente, com 2 lances de 15m cada
	BICO SPRINKLERS	Un.	Fornecimento e instalação de bico sprinkler amarelo 79°C, defletor plano, modelo em pé ou pendente Ø 1/2" conforme padrão estabelecido no Anexo I - Especificações Técnicas de Materiais
	BLOCO AUTÔNOMO	Un.	Fornecimento e instalação bloco autônomo para iluminação de emergência completa, com 2 lâmpadas fluorescentes compactas de 11 w cada, autonomia superior à uma hora



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO**  
**PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO**

Av. Almirante Barroso n.º 466, Praia de Iracema, Fortaleza/CE, CEP: 60.060-440

Telefone: (85) 3878.8329 – e-mail: [prt07.contratos@mpt.mp.br](mailto:prt07.contratos@mpt.mp.br)

	SENSOR DE PRESENÇA COM FOTOCÉLULA	Un.	Fornecimento e instalação sensor de presença bivolt de parede com fotocélula para qualquer tipo de lâmpada, potência máxima 1000 w, uso interno
	<b>CABOS ALIMENTADORES</b>		
	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 2,5 MM	m	Fornecimento e instalação cabo de cobre flexível isolado, 2,5 mm <sup>2</sup> , anti-chama 0,6/1,0 kv, para circuitos terminais, conforme padrão estabelecido no Anexo I - Especificações Técnicas de Materiais.
	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 4,0 MM	m	Fornecimento e instalação cabo de cobre flexível isolado, 4,0 mm <sup>2</sup> , anti-chama 0,6/1,0 kv, para circuitos terminais, conforme padrão estabelecido no Anexo I - Especificações Técnicas de Materiais.
	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 6,0 MM	m	Fornecimento e instalação cabo de cobre flexível isolado, 6,0 mm <sup>2</sup> , anti-chama 0,6/1,0 kv, para circuitos terminais, conforme padrão estabelecido no Anexo I - Especificações Técnicas de Materiais.
	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 10,0 MM	m	Fornecimento e instalação cabo de cobre flexível isolado, 10,0 mm <sup>2</sup> , anti-chama 0,6/1,0 kv, para circuitos terminais, conforme padrão estabelecido no Anexo I - Especificações Técnicas de Materiais.
	<b>ESTRUTURA DE FIXAÇÃO</b>		
	ESTRUTURA EM AÇO PARA FIXAÇÃO E SUPORTE DE ELEMENTOS	Kg	Fornecimento e instalação de estrutura em aço para fixação e suporte de elementos arquitetônicos e/ou de instalações.
	<b>RASGOS E DEMOLIÇÕES</b>		
	RASGOS EM PAREDES PARA INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIAS	m	Execução de rasgo em alvenaria para ramais/ distribuição com diâmetros menores ou iguais a 40 mm
	RASGOS EM PAREDES PARA INSTALAÇÕES ELÉTRICAS	m	Execução de rasgo em alvenaria para eletrodutos com diâmetros menores ou iguais a 40 mm



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO**  
**PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO**

Av. Almirante Barroso n.º 466, Praia de Iracema, Fortaleza/CE, CEP: 60.060-440

Telefone: (85) 3878.8329 – e-mail: [prrt07.contratos@mpt.mp.br](mailto:prrt07.contratos@mpt.mp.br)

	DEMOLIÇÃO DE REVESTIMENTO CERÂMICO	m²	Execução demolição de revestimento cerâmico, de forma manual, sem reaproveitamento.
	DEMOLIÇÃO DE PISO INTERTRAVADO	m²	Execução demolição de pavimento intertravado, de forma manual, com reaproveitamento.

Relatório técnico de situação - regularização dos sistemas

37. A CONTRATADA assumirá os serviços no estado em que se encontram os equipamentos e instalações, sendo que na primeira manutenção preventiva, deverão ser levantadas todas as “não conformidades” existentes e ser emitido um relatório técnico da situação, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias corridos contendo a relação de matérias e acessórios necessários para a correção dos sistemas.
38. O relatório técnico da situação de cada componente e/ou sistema deverá apontar as condições de operação, eventuais irregularidades e necessidades de intervenção técnica, sendo verificados todos os pontos de operação e manutenção conforme as rotinas estabelecidas.
39. As “não conformidades” também poderão ser indicadas pela Contratante, sendo que obrigatoriamente a Contratada, deverá incluir no seu relatório. O relatório deverá especificar detalhadamente a situação em que se encontram os sistemas pertinentes ao objeto da manutenção, a lista de material com os custos e os prazos para a execução dos serviços.
40. Os serviços apresentados no relatório técnico da situação deverão ser realizados nos primeiros **3 (três) meses após a assinatura do Contrato**, sem prejuízo das rotinas de manutenção preventiva e sem ônus adicional para a CONTRATANTE, sendo admissível a prorrogação deste prazo somente através de comunicação antecipada e justificada. Tal planejamento deverá ser apresentado ao fiscal técnico do contrato.
41. Caso haja aceitação da prorrogação do prazo pelos fiscais técnicos e/ou administrativos, deverá ser informada a nova data de previsão do atendimento.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORNECIMENTO DE PEÇAS E MATERIAIS DE REPOSIÇÃO**

1. Deverão ser mantidas as instalações prediais e substituídos os materiais, peças, componentes e acessórios que se façam necessários ao bom funcionamento dos sistemas, ou se apresentem danificados, obsoletos ou com baixo rendimento serão fornecidos mediante autorização expressa do CONTRATANTE, desde que os preços **se mostrem vantajosos e condizentes com a realidade do mercado, precedida de aprovação do orçamento e de empenho prévio do valor correspondente**, para fins de fornecimento e





**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO  
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO**

Av. Almirante Barroso n.º 466, Praia de Iracema, Fortaleza/CE, CEP: 60.060-440  
Telefone: (85) 3878.8329 – e-mail: [pvt07.contratos@mpt.mp.br](mailto:pvt07.contratos@mpt.mp.br)

pagamento.

2. **Quando dos serviços de manutenção corretiva**, a CONTRATADA ficará responsável pelo fornecimento, quando necessário e/ou solicitado pelo CONTRATANTE, dos materiais, peças e componentes de reposição, novos, originais e de primeiro uso, necessários à perfeita funcionalidade das instalações e sistemas albergados neste contrato.
3. **A CONTRATADA estará obrigada** a fornecer os materiais, peças e componentes de reposição necessários à manutenção das instalações prediais objeto desta contratação, **até o limite da parcela estimada neste Termo de Referência e nas condições nele previstas**.
4. **Os procedimentos para o pedido de fornecimento dos materiais, peças e componentes seguirão conforme os passos abaixo:**
  - 4.1. **Ao ser constatada a necessidade** de aquisição de material, peças ou componentes, a CONTRATADA **emitirá relatório contendo a descrição detalhada** do material e todas as informações necessárias que justifiquem o fornecimento, e entregará à fiscalização do CONTRATANTE em até 1 (um) dia útil da ocorrência.
  - 4.2. O CONTRATANTE emitirá pedido de orçamento do material necessário, que a CONTRATADA deverá apresentar **em até 3 (três) dias úteis**, contadas a partir da realização do pedido.
  - 4.3. O CONTRATANTE fará a análise paramétrica do orçamento apresentado pela CONTRATADA, na forma prescrita no Decreto n.º 7.983/2013, ou no regulamento que vier a substituí-lo, **para determinar o valor máximo a ser pago pelos bens**.
5. A CONTRATADA deverá apresentar, juntamente com a nota fiscal de serviços, **nota fiscal discriminando todo o material fornecido** no período, em uma das seguintes condições:
  - 5.1. Caso o material tenha sido adquirido pela CONTRATADA de terceiros, a nota fiscal será emitida **em seu nome pelo fornecedor do material**. Neste caso, o valor a ser ressarcido será o valor total da nota fiscal.
  - 5.2. Caso a CONTRATADA tenha fornecido o material de seu estoque, a nota fiscal será emitida por esta, em nome da PRT 7ª Região. **Neste caso, será realizada a retenção dos tributos** específicos e legalmente estabelecidos.
6. **O critério de aceitabilidade de preços a ser considerado para o fornecimento de material, peças ou componentes deverá ser menor ou igual à mediana** do custo unitário de referência do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil – SINAPI, vigentes na data do orçamento, acrescido do valor correspondente ao BDI,



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO  
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO**

Av. Almirante Barroso n.º 466, Praia de Iracema, Fortaleza/CE, CEP: 60.060-440  
Telefone: (85) 3878.8329 – e-mail: [prt07.contratos@mpt.mp.br](mailto:prt07.contratos@mpt.mp.br)

deduzido eventual desconto obtido na licitação.

7. **Em caso de inviabilidade da definição dos custos conforme o critério de aceitabilidade de preços definidos neste Termo**, a estimativa de custo global poderá ser apurada por meio da utilização de dados contidos em tabela de referência formalmente aprovada por órgãos ou entidades da administração pública federal em publicações técnicas especializadas, em sistema específico instituído para o setor ou em pesquisa de mercado.
8. Os custos unitários de referência poderão, **somente em condições especiais** justificadas em relatório técnico elaborado por profissional habilitado e aprovado pela Autoridade Competente, **exceder os seus correspondentes do sistema de referência**, dispensada a compensação em qualquer outro serviço do orçamento de referência.
9. **Os materiais, peças e componentes de reposição substituídos deverão ser garantidos pelo período estabelecido na legislação vigente.** Nos casos em que os materiais, peças e componentes de reposição tenham prazo de garantia do fabricante superior ao mínimo estabelecido em Lei, prevalecerá o prazo do fabricante.
10. Após autorização formal do CONTRATANTE, a CONTRATADA terá o **prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis para o fornecimento do material**, ou, caso este prazo seja, comprovadamente, insuficiente, a Contratada deverá encaminhar justificativa, informando o prazo necessário.
11. A CONTRATADA deverá se encarregar pela **destinação dos resíduos sólidos produzidos em decorrência da execução dos serviços prestados, de acordo com a legislação e normas técnicas vigentes (ABNT NBR 10004)**, devendo entregar à Fiscalização do CONTRATANTE as peças e componentes eventualmente substituídas, para aferição e análise. Caso a substituição de alguma peça ou componente seja condicionada, pelo fornecedor/fabricante, pela cessão deste em troca do novo, a CONTRATADA deverá apresentar documentação devidamente instruída com todas as informações que comprovem tal situação.
12. **Caso se comprove que a necessidade de substituição de materiais, peças ou componentes de reposição se deu em razão de negligência, imperícia ou imprudência na execução de serviços pela CONTRATADA**, o CONTRATANTE ficará desobrigado do ônus do ressarcimento e poderá descontar os valores correspondentes nas próximas faturas, caso já tenham sido pagos.
13. O material deverá ser fornecido e entregue no endereço do CONTRATANTE e os custos administrativos e de transporte deverão por conta da Contratada, **não geram ônus**



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO  
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO**

Av. Almirante Barroso n.º 466, Praia de Iracema, Fortaleza/CE, CEP: 60.060-440  
Telefone: (85) 3878.8329 – e-mail: [prrt07.contratos@mpt.mp.br](mailto:prrt07.contratos@mpt.mp.br)

**adicional para a CONTRATANTE.**

- 14.** A CONTRATANTE reserva-se o direito de adquirir as peças e componentes de reposição, caso os preços ofertados pela CONTRATADA sejam, mediante pesquisa, **considerados superiores aos praticados no mercado.**

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO GERENCIAMENTO DOS SERVIÇOS E DOS RELATÓRIOS TÉCNICOS**

- 1. A Contratada deverá dispor de software gerenciador capacitado a fornecer dados on-line, via Internet, em meio digital e impressos (relatórios), abrangendo as seguintes funcionalidades mínimas:**
- 2. Cadastro de Serviço.** Todo o serviço necessário e fora da rotina normal de manutenção deverá gerar um cadastro de serviço onde será indicado o serviço executado, autorização, substituição de componente e custo envolvido. O Cadastro de Serviço servirá para o gerenciamento de todos os serviços eventuais de forma hierárquica.
- 3. Gerenciamento de ordens de serviço.** Deverá ser prevista uma forma de gerenciar as Ordens de Serviço que permita o acompanhamento das solicitações de serviço com os registros das informações pertinentes: data da solicitação, dados do solicitante, dados do serviço, estado, classificação do serviço, prioridade. Os encaminhamentos das solicitações de serviço para o responsável e/ou executor do trabalho deverá ser de forma automática ou manual com a descrição de detalhes do serviço.
- 4. Toda Ordem de Serviço deverá permitir a visualização do Instrumento de Medição de Resultado - IMR.** O histórico de solicitações de serviços contendo os registros dos problemas e soluções encontradas deverá ser armazenado.
- 5. Manutenção Preventiva.** Deverão ser gerados a programação dos serviços de manutenção e o planejamento dos serviços de manutenção de cada equipamento com a criação simultânea das ordens de serviço. Deverão ser criados os registros detalhados das execuções das manutenções, com datas, quantidades de recursos, custos, peças.
- 6. Gerenciamento de equipamentos e instalações.** Todos os equipamentos deverão ser registrados e classificados conforme as instalações, nas folhas de registro deverão constar a localização física, identificação, composição.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO  
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO**

Av. Almirante Barroso n.º 466, Praia de Iracema, Fortaleza/CE, CEP: 60.060-440  
Telefone: (85) 3878.8329 – e-mail: [prt07.contratos@mpt.mp.br](mailto:prt07.contratos@mpt.mp.br)

7. **Gerenciamento de materiais.** Deverá ser criada uma relação de itens e materiais necessários a execução das atividades de manutenção, classificados conforme o uso: material de consumo, peça de reposição, e outros.
8. **Descrição básica dos relatórios técnicos.** Os relatórios a serem entregues pela Contratada são divididos em:
  - 8.1. Relatório de Manutenção Preventiva.
  - 8.2. Relatório de Manutenção Corretiva.
9. **A CONTRATADA deverá elaborar os relatórios mensais**, preenchê-los e encaminhá-los à PRT 7ª Região em até o **10º dia útil do mês subsequente** e nos formatos definidos pela CONTRATANTE.
10. Deverá ser apresentado o **relatório técnico de manutenção**, contendo todos os registros e documentos capazes de rastrear as atividades realizadas durante o período.
11. Todas as inspeções de rotinas deverão gerar o **relatório de manutenção preventiva** (registros detalhados da execução das rotinas).
12. Todas as intervenções corretivas ou emergenciais deverão gerar o **relatório de manutenção corretiva** (registros detalhados da execução do serviço e a necessidade de insumos, materiais, acessórios e/ou peças).
13. Os relatórios devem primar pela organização, ser preenchidos de forma correta e sem rasuras, ser datados e assinados, **pelos engenheiros responsáveis e pelos técnicos da Contratada**, devendo ainda possuir embasamento técnico e normativo, e ser conclusivos.
14. Os **relatórios de manutenção preventiva** devem ser preenchidos por ocasião da execução das rotinas.
15. Os relatórios deverão vir acompanhados de anexos fotográficos sempre que isto for necessário para o bom entendimento de quaisquer detalhes dos serviços realizados, em especial quando se tratar de procedimentos de manutenção corretiva.
16. Os **relatórios de manutenção preventiva** deverão registrar, se for o caso, quaisquer irregularidades porventura encontradas nos sistemas, peças e componentes, assim como outras informações julgadas relevantes.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO  
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO**

Av. Almirante Barroso n.º 466, Praia de Iracema, Fortaleza/CE, CEP: 60.060-440  
Telefone: (85) 3878.8329 – e-mail: [pvt07.contratos@mpt.mp.br](mailto:pvt07.contratos@mpt.mp.br)

17. Os **relatórios de manutenção preventiva de equipamentos** deverão ser adaptados pela Contratada de forma a utilizar, sempre que disponíveis, os programas de manutenção indicados pelos fabricantes.
18. Para cada manutenção corretiva efetuada, deverá ser elaborado o respectivo **relatório de manutenção corretiva**.
19. Fica reservado à PRT 7ª Região o direito de, a qualquer tempo, alterar o modelo “padrão” adotado pela Contratada dos relatórios, bem como propor a utilização de outros modelos julgados importantes para a gestão dos serviços de manutenção, cabendo à Contratada a reprodução e/ou adoção dos mesmos, sem ônus adicional à Procuradoria.
20. Os modelos de relatórios fornecidos pela CONTRATANTE poderão ser utilizados pela CONTRATADA.
21. O **relatório técnico de manutenção** deverá ser composto, **no mínimo**, das seções abaixo descritas.
- 21.1. **Breve descrição das principais ações implementadas no período e os resultados obtidos.** Deverão ser apontadas também as atividades que ficaram pendentes para os períodos posteriores, ressaltando o motivo da pendência, a solução a ser adotada e a previsão de implementação.
- 21.2. **Breve descrição das principais manutenções corretivas**, decorrentes tanto de chamados quanto de constatações durante a execução das rotinas de manutenção preventiva e serviços emergenciais, apontando as soluções adotadas.
- 21.3. **Anormalidades, irregularidades e deficiências** não enquadradas no escopo do Contrato. Breve descrição de qualquer anormalidade, irregularidade ou deficiência verificada durante a execução dos serviços e cuja solução não se enquadre no escopo de manutenção corretiva do Contrato (e.g. obsolescência de equipamento). Os apontamentos deverão vir acompanhados do devido embasamento técnico e normativo/legal e da indicação das soluções cabíveis.
- 21.4. **Análise dos serviços subcontratados.** Breve descrição das rotinas de manutenção preventiva e corretiva executadas pelas empresas subcontratadas no período, analisando eventuais anormalidades ou irregularidades constatadas e soluções adotadas.
- 21.5. Todos os relatórios de **manutenções corretivas** executadas no período.
- 21.6. Tabela listando os chamados abertos no período e pendentes do período anterior em que constem, **no mínimo**, as seguintes informações: Número da OS; Data



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO  
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO**

Av. Almirante Barroso n.º 466, Praia de Iracema, Fortaleza/CE, CEP: 60.060-440  
Telefone: (85) 3878.8329 – e-mail: [pvt07.contratos@mpt.mp.br](mailto:pvt07.contratos@mpt.mp.br)

de abertura; Data de fechamento; Dados do solicitante; Descrição do chamado; Solução adotada;

**21.7. O resumo das rotinas de manutenção preventiva**

**21.7.1.** Esta seção deverá conter os relatórios de manutenção preventiva referentes a todas as rotinas executadas no período.

**21.7.2.** Esta seção deverá, ainda, apresentar a compilação das informações relevantes decorrentes da execução das rotinas de manutenção preventiva do período, organizada por local/equipamento e a declaração da empresa de que todas as rotinas estabelecidas foram cumpridas.

**21.8. Planilha de Medições**

**21.8.1.** Esta seção deverá apresentar a compilação das medições de grandezas físicas realizadas durante a execução das rotinas de manutenção preventiva, organizada por local/equipamento.

**21.9. Planilha de Peças e Materiais**

**21.9.1.** Esta seção deverá apresentar a relação de peças e materiais utilizados no período tanto na manutenção preventiva quanto nas manutenções corretivas/emergenciais, devendo conter, no mínimo, **as seguintes colunas:**

Descrição da peça ou material e códigos numéricos;

Quantidade utilizada para manutenção;

Quantidade utilizada para serviços de manutenção;

Preço praticado;

Equipamento/local de aplicação.

**21.9.2.** Os códigos numéricos e descrições dos itens na planilha de peças e materiais **deverão ser no que for possível idênticos àqueles utilizados no SINAPI.**

**21.10. Formato de entrega do Relatório Técnico de Manutenção:**

**21.10.1.** A Contratada deverá entregar o relatório técnico relativo às manutenções efetuadas no período em formato **impresso e eletrônico.**

**21.10.2.** A versão impressa **deverá ser encadernada** e ter boa qualidade de impressão, apresentando fotos e gráficos em cores.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - INSTRUMENTOS DE MEDIÇÃO DE RESULTADO / IMR**

**Os parâmetros dos serviços prestados (indicadores) deverão ser obtidos dos relatórios**





**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO  
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO**

Av. Almirante Barroso n.º 466, Praia de Iracema, Fortaleza/CE, CEP: 60.060-440  
Telefone: (85) 3878.8329 – e-mail: [prrt07.contratos@mpt.mp.br](mailto:prrt07.contratos@mpt.mp.br)

técnicos/planilhas e ordens de serviço, e tem a finalidade de aferir e avaliar diversos fatores relacionados aos serviços contratados.

A eficiência quanto aos prazos de atendimento será medida e classificada mensalmente, mediante o Índice de Qualidade de Atendimento (IQA).

A qualidade dos serviços de manutenção preventiva e corretiva prestados pela Contratada será medida por meio do Índice de Qualidade da Manutenção (IQM) conforme vistoria da fiscalização.

Sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas em contrato, a Contratada ficará sujeita aos descontos, relativos ao não cumprimento dos níveis de serviço estipulados.

**Índice de Qualidade de Atendimento (IQA).**

1. Todos os chamados de serviços de manutenção corretiva encaminhados à CONTRATADA serão classificados em um dos quatro níveis de prioridade (classe I, II, III, IV) e com prazos definidos conforme a tabela 1.

**Tabela 1 - Prazos de atendimento – Tipos de Ocorrências**

Classificação de Prioridade	Prazo Máximo de Atendimento	Tipos de ocorrências
Classe I (Emergencial)	1 dia	Ocorrências que colocam em risco iminente a segurança dos usuários e patrimônio e/ou representem a indisponibilidade dos serviços da Procuradoria Regional do Trabalho da 7ª Região.
Classe II (Urgente)	3 dias	Ocorrências que podem vir a comprometer a segurança dos usuários, a disponibilidade dos serviços e/ou prejudicam a imagem da Procuradoria.
Classe III (Alerta)	7 dias	Ocorrências que resultam em um impacto isolado e restrito às instalações, sem possibilidade de vir a comprometer a segurança das pessoas, a disponibilidade dos serviços, ou prejudicar a imagem da Procuradoria.
Classe IV (Normal)	15 dias	Ocorrências não especificadas, que poderão ter sua execução negociada/programada de acordo com o caso.

2. Caberá fiscalização determinar junto à CONTRATADA quais os níveis de prioridade para as ocorrências, falhas ou defeitos nos sistemas. **Caberá a fiscalização a decisão final sobre o tema.**



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO  
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO**

Av. Almirante Barroso n.º 466, Praia de Iracema, Fortaleza/CE, CEP: 60.060-440  
Telefone: (85) 3878.8329 – e-mail: [pvt07.contratos@mpt.mp.br](mailto:pvt07.contratos@mpt.mp.br)

3. O prazo de atendimento (usado para cálculo de desempenho) **inicia-se no momento (data/hora) em que o chamado é encaminhado para o provedor da CONTRATADA e será considerado concluído no momento (data/hora) da efetiva solução do problema.**
4. A eficiência quanto aos prazos de atendimento será medida e **classificada mensalmente pela Fiscalização.**
5. **Os serviços serão classificados em ordens de prioridade I, II, III e IV**, tais respeitaram a graduação de consequências que as falhas e/ou defeitos poderão acarretar nos equipamentos ou nos sistemas, e as interferências nos serviços da PRT 7ª Região.
6. **Os serviços emergenciais**, classe I, deverão ser executados prioritariamente, ainda que previsto prazo máximo.
7. **O prazo de atendimento para cada "ocorrência" e "ordem de prioridade"** deverá constar no "chamado" aberto – ordem de serviço, prevalecendo sempre, em caso de divergências ou dúvidas, os prazos acordados ou determinados pela Fiscalização.
8. **Caso a Contratada constata a impossibilidade de atendimento dentro dos prazos previstos**, deverá comunicar formalmente ao fiscal do contrato, apresentando as justificativas técnicas que justifiquem o descumprimento do prazo, para avaliação da Fiscalização. Caberá à Fiscalização acatar ou não a justificativa.
9. A Fiscalização acompanhará a execução dos serviços e fará a pesquisa pós-atendimento para identificar a qualidade/conceito dos trabalhos realizados pela Contratada.
10. **A Contratada deverá gerar relatórios sobre as atividades pertinentes aos chamados emergenciais**, contendo tempo, deslocamento, anomalias detectadas e providências tomadas, entre outras informações que se julgarem pertinentes a correta descrição da atividade.
11. **Cabe à Fiscalização do contrato elaborar relatório mensal** de avaliação sobre o serviço prestado, indicando a concordância com o pagamento, relatando eventuais ocorrências, notificando os atrasos no recebimento, expondo e comprovando os motivos para viabilizar a aplicação de penalidades.
12. Os prazos de atendimento estipulados na tabela acima, **não comprometem para fins de apuração e de aplicação de sanções administrativas** os prazos especificados no Contrato.
13. O indicador tem por objetivo avaliar o desempenho da CONTRATADA em relação ao prazo de atendimento dos chamados.
14. **Devem ser considerados todos os chamados recebidos**, tratados ou não tratados e fechados ou não fechados pela CONTRATADA, no período de faturamento mensal.
15. Para o cálculo do percentual de desempenho (índice) será utilizada a seguinte fórmula:



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO**  
**PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO**

Av. Almirante Barroso n.º 466, Praia de Iracema, Fortaleza/CE, CEP: 60.060-440  
Telefone: (85) 3878.8329 – e-mail: [prrt07.contratos@mpt.mp.br](mailto:prrt07.contratos@mpt.mp.br)

$$PCFP(\%) = \left[ \frac{QCTA^*}{QTC} \right] \times 100$$

**PCFP = Percentual de Chamados Tratados Fora do Prazo**

**QCTA\* = Quantidade de Chamados Tratados com Atraso**

**QTC = Quantidade Total de Chamados Tratados no período (mês)**

16. O chamado com atraso é multiplicado pelo “Fator 1” da quantidade de horas que exceda o prazo de atendimento e pelo “Fator 2” da prioridade do chamado, para a totalização da quantidade de chamados tratados com atraso (QCTA), conforme a tabela abaixo.

*Tabela 2 – Fatores de ponderação*

Horas excedentes ao prazo de atendimento	Fator 1	Prioridade da demanda (classe)	Fator 2
X < 24 hs	0,1	Emergencial	5
24 h < X < 72 hs	0,3	Urgência	3
72 hs < X < 168 hs	0,5	Alerta	2
168 hs < X < 360 hs	1	Normal	1

*Tabela 3 – Percentual das sanções -Atendimento*

Percentual de Atendimento fora do prazo sobre o total de chamados do mês	Sanções / Penalidades (%)
Até 5%	0,00%
Entre 6% a 10%	2,50%
Entre 10% a 15%	5,00%
Entre 15% a 20%	7,25%
Acima de 20%	10,0%

- 16.1.1. Os percentuais da primeira coluna da tabela acima deverão ser considerados em números inteiros, ou seja, não haverá arredondamentos, e sim o desprezo dos decimais.

**16.2. Índice de Qualidade de Manutenção (IQM)**

17. O índice de qualidade da manutenção (IQM) tem a finalidade de avaliar o desempenho da Contratada na execução dos serviços de manutenção das instalações. Serão avaliados todos os sistemas, instalações e elementos da edificação constante no escopo deste Termo.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO  
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO**

Av. Almirante Barroso n.º 466, Praia de Iracema, Fortaleza/CE, CEP: 60.060-440  
Telefone: (85) 3878.8329 – e-mail: [pvt07.contratos@mpt.mp.br](mailto:pvt07.contratos@mpt.mp.br)

- 18.** A Fiscalização deverá estabelecer verificações rotineiras e mensais da qualidade dos serviços prestados, e sempre que considere necessários o acompanhamento e o controle mais cuidadosos.
- 19.** A aferição da qualidade dos serviços por demanda deverá ser realizada pela Fiscalização após a execução desses.
- 20.** Para a composição do Índice de Qualidade de Manutenção (IQM) será adotada uma avaliação dos riscos operacionais conforme a classificação da inadequação dos elementos, sistemas ou instalações.
- 21.** A classificação do risco operacional será feita de acordo com o número e peso das “não conformidades” e a quantidade de ocorrências nas instalações, conforme abrangência das instalações e/ou sistemas e tabelas abaixo.

*Tabela 4 - Instalações Cíveis*

Risco operacional - Instalações Cíveis			
Classificação	Descrição	Peso	Conceito
Sem Risco	Todos os elementos de instalações civis classificados como "Em Conformidade".	1	10
Baixo Risco	Até 3 elementos de instalações civis classificados como "Não Conformidade".		7
Alto Risco	Acima de 3 elementos de instalações civis classificados como "Não Conformidade".		0
Crítico	Existência de qualquer elemento de instalações civis classificados como "Não Conformidade Grave".		-1
Abrangência: paredes, pisos e revestimentos, paisagismo dentre outros.			

*Tabela 5 - Não Conformidade Grave em Instalações Cíveis*

Trincas e rachaduras em paredes, vigas e lajes.
Infiltrações resultantes de danos na cobertura e/ou no telhado.
Piso quebrado gerando risco de acidentes.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO**  
**PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO**

Av. Almirante Barroso n.º 466, Praia de Iracema, Fortaleza/CE, CEP: 60.060-440

Telefone: (85) 3878.8329 – e-mail: [prt07.contratos@mpt.mp.br](mailto:prt07.contratos@mpt.mp.br)

Alvenaria com risco de queda.
Elementos da edificação soltos, corroídos e/ou com risco de queda.
Qualquer elemento das instalações internas ou externas da unidade inoperante.
Peças, acessórios e/ou componentes da edificação quebrados, soltos.

*Tabela 6 - Instalações elétricas*

Risco operacional - Instalações Elétricas			
Classificação	Descrição	Peso	Conceito
Sem Risco	Todos os elementos de instalações elétricas classificados como "Em Conformidade".	1,5	10
Baixo Risco	Até 3 elementos de instalações elétricas classificados como "Não Conformidade".		7
Alto Risco	Acima de 3 elementos de instalações elétricas classificados como "Não Conformidade".		0
Crítico	Existência de qualquer elemento de instalações elétricas classificados como "Não Conformidade Grave".		-1
Abrangência: quadros elétricos, toda a instalação de distribuição elétrica de dentro da edificação, fios e cabos, Iluminação, equipamentos de geração (gerador) e conservação de eletricidade (no-break), subestação.			

*Tabela 7 - Não Conformidade Grave em Instalações Elétricas*

Componentes de quadros elétricos apresentando aquecimento, disjuntores desarmando.
Instalações elétricas aparentes.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO**  
**PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO**

Av. Almirante Barroso n.º 466, Praia de Iracema, Fortaleza/CE, CEP: 60.060-440

Telefone: (85) 3878.8329 – e-mail: [prrt07.contratos@mpt.mp.br](mailto:prrt07.contratos@mpt.mp.br)

Baterias descarregadas, danificadas ou vencidas.
No-break operando em by-pass.
Falta de manutenção preventiva em subestação.
Subestação com elementos em falta ou avariados, tais como: chave fusível sem porta-fusíveis, com para-raios avariado, com vazamento de óleo, com isoladores trincados ou sujos, com elementos estruturais (postes e cruzetas) podres/danificados/trincados, elementos metálicos sem aterramento.
Falta de execução de rotinas de testes e manutenção de geradores.
Quadro elétrico sem identificação de circuitos.
Cabos ressecados ou carbonizados.
Qualquer elemento das instalações elétricas internas ou externas da unidade inoperante.

*Tabela 8 - Instalações Hidrossanitárias*

Risco operacional - Instalações Hidrossanitárias			
Classificação	Descrição	Peso	Conceito
Sem Risco	Todos os elementos de instalações hidrossanitárias classificados como "Em Conformidade".	1	10
Baixo Risco	Até 3 elementos de instalações hidrossanitárias classificados como "Não Conformidade".		7
Alto Risco	Acima de 3 elementos de instalações hidrossanitárias classificados como "Não Conformidade".		0
Crítico	Existência de qualquer elemento de instalações hidrossanitárias classificados como "Não Conformidade Grave".		-1
Abrangência: instalações de água, esgoto, como tubulações, registros, válvulas, identificação e eliminação de vazamentos, caixas d'água, caixas de gordura, redes pluviais da edificação, dentre outras.			





**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO**  
**PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO**

Av. Almirante Barroso n.º 466, Praia de Iracema, Fortaleza/CE, CEP: 60.060-440

Telefone: (85) 3878.8329 – e-mail: [prt07.contratos@mpt.mp.br](mailto:prt07.contratos@mpt.mp.br)

*Tabela 9 - Não Conformidade Grave em Instalações Hidrossanitárias*

Entupimentos de tubulações.
Vazamentos de qualquer tipo.
Mais de cinco dispositivos hidrossanitários (torneiras, vasos sanitários, mictórios, registros, duchas higiênicas, sifões) quebrados ou inoperantes.
Fossa séptica cheia ou transbordando.
Caixa de gordura cheia ou transbordando.
Caixa d'água sem limpeza há mais de 6 meses.

*Tabela 10 - Instalações de Combate a Incêndio*

Risco operacional - Instalações de Combate a Incêndio			
Classificação	Descrição	Peso	Conceito
Sem Risco	Todos os elementos de instalações de "incêndio" classificados como "Em Conformidade".	1,5	10
Baixo Risco	Até 3 elementos de instalações "incêndio" classificados como "Não Conformidade".		7
Alto Risco	Acima de 3 elementos de instalações "incêndio" classificados como "Não Conformidade".		0
Crítico	Existência de qualquer elemento de instalações "incêndio" classificados como "Não Conformidade Grave".		-1
Abrangência: extintores, sprinklers, registros hidráulicos, mangueiras de incêndio e acessórios, caixas de incêndio, alarmes de incêndio, torneiras de incêndio, hidrantes, detectores de fumaça, sinalização de incêndio dentre outros.			

*Tabela 11 - Não conformidade Grave em Instalações de Combate a Incêndio*



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO**  
**PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO**

Av. Almirante Barroso n.º 466, Praia de Iracema, Fortaleza/CE, CEP: 60.060-440  
Telefone: (85) 3878.8329 – e-mail: [prrt07.contratos@mpt.mp.br](mailto:prrt07.contratos@mpt.mp.br)

Extintores com carga vencida.
Mangueiras de incêndio fora dos padrões do CBM local.
Rede de hidrante despressurizada.
Rede de sprinkler despressurizada.
Abrigo de hidrante sem mangueira ou esguicho ou trancados.
Iluminação de emergência inoperante.
Hidrante, acionador manual e extintores sem identificação e sinalização.
Placas de sinalização de equipamento e rota de fuga fora dos padrões da NBR 13434, ou ausentes.
Suporte de extintores sem a devida fixação ao piso ou à parede.
Alarme manual inoperante.
Central de alarme inoperante.
Detector de fumaça inoperante
Quadro elétrico de bombas sem identificação, com fiação inadequada e proteção inoperante
Portas de emergência travadas
Sistemas de pressurização de escada inoperante

**O IQM é expresso em porcentagem e deverá ser considerado em número inteiro, ou seja, não haverá arredondamentos e sim o desprezo dos decimais.**

- 22. A Procuradoria Regional do Trabalho da 7ª Região exige índice de qualidade de manutenção igual ou superior a 75%, na última avaliação para a renovação do Contrato. Indicadores abaixo deste percentual implicam na aplicação de multa (conforme tabela abaixo), para todos os efeitos legais, em até 10% do faturamento mensal.**

**23. Tabela 3 – Percentual das sanções -Atendimento**

ÍNDICE CALCULADO DO IQM	PERCENTUAL PARA SANÇÃO
-------------------------	------------------------



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO**  
**PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO**

Av. Almirante Barroso n.º 466, Praia de Iracema, Fortaleza/CE, CEP: 60.060-440

Telefone: (85) 3878.8329 – e-mail: [prrt07.contratos@mpt.mp.br](mailto:prrt07.contratos@mpt.mp.br)

Maior ou igual a 95%	0,0%
Maior ou igual 90% e menor que 95%	2,0%
Maior ou igual 85% e menor que 90%	6,0%
Maior ou igual 80% e menor que 85%	8,0%
Menor que 80%	10,0%

24. Para o cálculo do índice de qualidade da manutenção será utilizado o formulário abaixo:

ÍNDICE DE QUALIDADE DE MANUTENÇÃO				
REGISTRO DA VISTORIA				
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO		CONTRATADA	DATA REALIZAÇÃO	
VISTORIADORES		ENGENHEIRO RESPONSÁVEL TÉCNICO	INICIO	TERMINO
INSTALAÇÕES CIVIS /HIDROSSANITARIAS - INSTALAÇÕES ELÉTRICAS - PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO -		Engenheiro Civil -		
ITEM	INSTALAÇÃO / INDICADOR	CLASSIFICAÇÃO	PESO	NOTA
1	INSTALAÇÕES CIVIS	SEM RISCO	1	10
2	INSTALAÇÕES ELÉTRICAS	BAIXO RISCO	1,5	7
3	INSTALAÇÕES HIDROSSANITARIAS	SEM RISCO	1	10
4	INSTALAÇÕES DE COMBATE A INCÊNDIO	ALTO RISCO	1,5	10
OBSERVAÇÕES				

25. De acordo com a classificação e a ponderação de cada Instalação / Indicador será calculada a média ponderada conforme fórmula abaixo.

$$IQM (\%) = \left[ \frac{SOMAPRODUTO(PESO \times NOTA)^*}{50} \right] \times 100$$



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO  
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO**

Av. Almirante Barroso n.º 466, Praia de Iracema, Fortaleza/CE, CEP: 60.060-440

Telefone: (85) 3878.8329 – e-mail: [prrt07.contratos@mpt.mp.br](mailto:prrt07.contratos@mpt.mp.br)

**IQM = Índice de Qualidade de Manutenção**

**26. Após a contratação,** poderão ser definidos alguns exemplos práticos de ocorrências, falhas ou defeitos nos sistemas e a sua respectiva classificação nos níveis de prioridade descritos, **juntamente com a Diretoria de Arquitetura e Engenharia (DAE-PGT).**

**27. Caberá à Fiscalização do contrato monitorar constantemente os serviços para evitar a perda no nível de qualidade,** intervindo para corrigir ou sugerir a aplicação das sanções à unidade competente quando verificar desconformidade na prestação do serviço, conforme Portaria PGT n.º 1.181, de 17 de agosto de 2017 ou outra que vier a lhe substituir.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**1. Quanto à execução dos serviços:**

**1.1. Responsabilizar-se integralmente** pelo fiel cumprimento do objeto contratado.

**1.2. Prestar todos os esclarecimentos** solicitados pela Fiscalização, atendendo prontamente todas as reclamações ou solicitações.

**1.3. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos** neste documento e anexos, com observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação, bem como observar conduta adequada na utilização dos materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios.

**1.4. Conhecer as especificações técnicas e todas as instalações, sistemas e equipamentos que serão mantidos e reparados durante a vigência do contrato.** Eventuais omissões jamais poderão ser alegadas em favor de eventuais pretensões de acréscimos de preços.

**1.5. Cumprir os prazos estipulados pela FISCALIZAÇÃO.** Caso haja necessidade de maior prazo, a CONTRATADA deverá formalizar imediata comunicação ao CONTRATANTE, justificando as causas e propondo novos prazos.

**1.6. Responsabilizar-se pela qualidade dos serviços,** devendo corrigir às suas expensas os serviços que o CONTRATANTE julgar insatisfatórios.

**1.7. Responsabilizar-se** por quaisquer serviços executados em desacordo com as normas técnicas vigentes e pelas consequências resultantes de tais serviços.

**1.8. Utilizar, quando necessário,** sinalização adequada para cada tipo de serviço, como placas com os dizeres “em manutenção”, “em obras” ou “interditado”, no caso de execução dos serviços em áreas de circulação de pessoas.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO  
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO**

Av. Almirante Barroso n.º 466, Praia de Iracema, Fortaleza/CE, CEP: 60.060-440  
Telefone: (85) 3878.8329 – e-mail: [prt07.contratos@mpt.mp.br](mailto:prt07.contratos@mpt.mp.br)

- 1.9. Não modificar as especificações dos serviços sem autorização por escrito da Fiscalização.** Os casos não abordados serão definidos pelo CONTRATANTE, de maneira a manter o padrão de qualidade previsto para os serviços em questão.
- 1.10. Comunicar imediatamente à Fiscalização** qualquer fato extraordinário ou anormal que ocorra durante a execução dos serviços, para a adoção de medidas cabíveis, bem como, comunicar, por escrito e de forma detalhada, todo tipo de acidente que eventualmente venha a ocorrer.
- 1.11. Alterar os horários** em que os serviços deverão ser executados, sempre que o CONTRATANTE julgar necessário.
- 1.12. Executar os serviços sem prejuízo do funcionamento normal das atividades do CONTRATANTE,** devendo adotar todas as medidas de proteção necessárias, com vistas ao livre trânsito das áreas.
- 1.13. Executar os serviços com o máximo esmero,** devendo ser imediatamente refeitos aqueles que, a juízo do CONTRATANTE, não forem julgados em condições satisfatórias ou forem constatados vícios, defeitos, imperfeições ou incorreções.
- 1.14. Deixar, após os serviços, as instalações com bom aspecto,** não sendo admitidos desalinhamentos, desleixo nas instalações, que não inspirem segurança e que sejam desagradáveis à vista e ao uso.
- 1.15. Remover entulho, sobras de materiais não utilizados e fazer a limpeza completa após a finalização dos serviços,** despejando-os em local permitido pelas autoridades competentes, sem ônus para o CONTRATANTE.
- 1.16. Cuidar para que todas as áreas relacionadas aos serviços permaneçam sempre limpas e arrumadas,** mantendo os materiais estocados e empilhados em local apropriado, por tipo e qualidade.
- 1.17. Proceder à recuperação** de forro, piso, revestimento de parede, pintura, alvenaria, parede de gesso ou quaisquer outros elementos construtivos, retornando à sua forma original, quando afetados em decorrência da execução dos serviços, fornecendo todo material e mão de obra necessária.
- 1.18. Responsabilizar-se por danos causados ao patrimônio** do CONTRATANTE ou a terceiros, ocasionados por seus profissionais por dolo ou culpa, durante a execução do objeto contratado, arcando com todas as despesas necessárias ao restabelecimento das condições originais.
- 1.19. Cuidar para que os serviços a serem executados acarretem a menor perturbação possível** aos serviços públicos, às vias de acesso, e a todo e qualquer bem, público ou privado, adjacente ao prédio do CONTRATANTE. Também providenciará toda e qualquer sinalização e/ou isolamento das áreas de serviço.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO**  
**PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO**

Av. Almirante Barroso n.º 466, Praia de Iracema, Fortaleza/CE, CEP: 60.060-440  
Telefone: (85) 3878.8329 – e-mail: [pvt07.contratos@mpt.mp.br](mailto:pvt07.contratos@mpt.mp.br)

**1.20. Interromper total ou parcialmente a execução dos trabalhos sempre que:**

- 1.20.1.** Assim estiver previsto e determinado no contrato.
- 1.20.2.** For necessário para execução correta e fiel dos trabalhos, nos termos de contrato e de acordo com o projeto.
- 1.20.3.** Houver influências atmosféricas sobre a qualidade ou a segurança dos trabalhos na forma prevista no contrato.
- 1.20.4.** Houver alguma falta cometida pela CONTRATADA, desde que esta, a juízo da Fiscalização, possa comprometer a qualidade dos trabalhos subsequentes.
- 1.20.5.** Os empregados da CONTRATADA não estiverem devidamente protegidos por equipamentos de proteção individual.
- 1.21.** Solicitar previamente à Fiscalização autorização para movimentar equipamentos ou modificar elementos existentes no prédio, a fim de facilitar a execução de seus serviços.
- 1.22.** Recolocar em seus respectivos lugares, móveis e equipamentos, quando retirados para execução de serviços.
- 1.23.** Executar ensaios, testes, medições e demais rotinas exigidas por normas técnicas oficiais, arcando com todas as responsabilidades técnicas e financeiras para realização dos testes necessários à aferição dos serviços, conforme dispõe o artigo 75 da Lei nº 8.666/93.
- 1.24.** Atender às instruções da Fiscalização quanto à execução e horários de realização dos serviços, permanência e circulação de pessoas nas dependências do CONTRATANTE.

**2. Quanto aos materiais e equipamentos:**

- 2.1.** Fornecer todos os equipamentos indispensáveis à boa execução dos serviços contratados, assumindo toda a responsabilidade pelo transporte, carga e descarga, manuseio e guarda.
- 2.2.** Fornecer os materiais necessários ao bom desenvolvimento dos serviços, de acordo com as especificações e condições constantes no Termo Referência;
- 2.3.** Utilizar equipamento elétrico de reduzido consumo de energia, bem como munido de fiação elétrica compatível para seu uso.
- 2.4.** Fazer o transporte vertical e horizontal de materiais, ferramentas e equipamentos relacionados com os serviços, sem ônus para o CONTRATANTE.





**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO**  
**PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO**

Av. Almirante Barroso n.º 466, Praia de Iracema, Fortaleza/CE, CEP: 60.060-440  
Telefone: (85) 3878.8329 – e-mail: [prt07.contratos@mpt.mp.br](mailto:prt07.contratos@mpt.mp.br)

**3. Quanto aos empregados:**

- 3.1.** Responsabilizar-se por todos os encargos e obrigações sociais, trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais resultantes da execução dos serviços, conforme art. 71 da Lei nº 8.666/93. Os empregados da CONTRATADA não terão, em hipótese nenhuma, qualquer relação de emprego com a CONTRATANTE.
- 3.2.** Manter os seus funcionários sujeitos às normas disciplinares do CONTRATANTE, quando da execução dos serviços e nas visitas técnicas.
- 3.3.** Manter os seus funcionários uniformizados e identificados com crachá, quando em trabalho, devendo substituir imediatamente qualquer um deles que for considerado inconveniente à boa ordem e às normas disciplinares do CONTRATANTE.
- 3.4.** Orientar regularmente seus profissionais acerca da adequada metodologia de otimização dos serviços, dando ênfase à economia no emprego de materiais, e à racionalização do uso de energia elétrica dos equipamentos.
- 3.5.** Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as orientações da Fiscalização, e sobre a obrigatoriedade do cumprimento das normas de segurança do trabalho.
- 3.6.** Não permitir que seus funcionários executem quaisquer outras atividades durante o horário em que estiver prestando o serviço, não sendo permitido que o pessoal da CONTRATADA permaneça em área que não seja relacionada ao trabalho.

**4. Quanto à segurança e medicina do trabalho:**

- 4.1.** Instruir os seus empregados sobre a técnica de execução dos serviços, prevenção de acidentes no trabalho e combate a incêndios.
- 4.2.** Levar em conta todas as precauções e zelar permanentemente para que as suas operações não provoquem danos físicos ou materiais a terceiros.
- 4.3.** Assumir toda a responsabilidade e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus profissionais acidentados ou com mal súbito, por meio de seu preposto, inclusive para atendimento em casos de emergência.
- 4.4.** Responsabilizar-se por quaisquer acidentes de que venham vitimar os seus funcionários em serviço, cumprindo todas as obrigações que as leis trabalhistas e previdenciárias lhes assegurarem e demais exigências para o exercício das atividades.
- 4.5.** Cumprir a legislação e as normas relativas à segurança e medicina do trabalho, em especial as normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho nº 4, 5, 6, 7, 9, 10 e 18, diligenciando para que seus empregados trabalhem com Equipamento de Proteção Individual (EPI), ficando a cargo da CONTRATADA e às suas expensas o fornecimento



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO  
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO**

Av. Almirante Barroso n.º 466, Praia de Iracema, Fortaleza/CE, CEP: 60.060-440  
Telefone: (85) 3878.8329 – e-mail: [pvt07.contratos@mpt.mp.br](mailto:pvt07.contratos@mpt.mp.br)

desses equipamentos. A Fiscalização poderá paralisar os serviços enquanto tais empregados não estiverem protegidos, ficando o ônus da paralisação por conta da CONTRATADA.

**5. Quanto à documentação comprobatória:**

**5.1. Manter, durante todo o período de vigência do contrato, todas as condições que ensejaram sua contratação, incluindo os critérios de habilitação na licitação da própria CONTRATADA e credenciamento junto ao fabricante.**

**5.2. Registrar o Contrato no Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura – CREA-CE, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos a partir da data de assinatura, devendo entregar a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART, ao CONTRATANTE.**

**5.3. Apresentar a ART de gestão, direção, supervisão ou coordenação dos serviços subcontratados, conforme o caso:**

**5.3.1.** O profissional de pessoa jurídica subcontratada dever registrar ART de serviço relativa à atividade que lhe foi subcontratada, vinculada à ART gestão, supervisão, direção ou coordenação da CONTRATANTE; a mesma deverá ser entregue à Procuradoria.

**6. Quanto à responsabilidade empresarial:**

**6.1. Cumprir as normas de segurança** constantes de disposições legais federais, estaduais e municipais pertinentes, sendo de sua inteira responsabilidade os processos, ações ou reclamações feitas por pessoas físicas ou jurídicas em decorrência de negligência nas precauções exigidas no trabalho ou da utilização de materiais inaceitáveis na execução dos serviços.

**6.2. Arcar com despesa** decorrente de qualquer infração, seja qual for, praticada por seus empregados no recinto do CONTRATANTE.

**6.3. Manter sigilo, não reproduzindo, divulgando ou utilizando em benefício próprio, ou de terceiros, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de interesse do CONTRATANTE ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução do objeto contratual.**

**6.4. Assumir, de forma exclusiva, todas as dívidas** que venha a contrair com vistas à execução dos serviços objeto deste documento, sendo que o CONTRATANTE não terá responsabilidade solidária por tais dívidas.

**6.5. Assinar o termo de contrato no prazo de 5 (cinco) dias corridos, a contar da notificação**, sendo a recusa injustificada do adjudicatário caracterizada como descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o as penalidades legalmente



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO  
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO**

Av. Almirante Barroso n.º 466, Praia de Iracema, Fortaleza/CE, CEP: 60.060-440  
Telefone: (85) 3878.8329 – e-mail: [prt07.contratos@mpt.mp.br](mailto:prt07.contratos@mpt.mp.br)

estabelecidas, conforme estabelece o art. 81 da Lei n.º 8.666/93.

- 6.6. Não caucionar ou utilizar o contrato para quaisquer operações financeiras ou veicular publicidade acerca do contrato, sem prévia aprovação por escrito do CONTRATANTE, sob pena de rescisão contratual.
- 6.7. **Não contratar, durante a execução do contrato, servidor pertencente ao quadro de pessoal do CONTRATANTE.**
- 6.8. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto contratual sem prévia e expressa anuência do CONTRATANTE.
- 6.9. Interagir com as demais empresas contratadas pelo CONTRATANTE, envolvidas na manutenção das demais instalações (ar-condicionado, elevadores, limpeza), a fim de possibilitar o perfeito funcionamento de todos os sistemas.
- 6.10. **Adotar práticas de sustentabilidade e de natureza ambiental**, conforme requisitos constantes na Instrução Normativa SLTI/MPOG n.º 01, de 19 de janeiro de 2010 e Portaria PGT n.º 564, de 03 de dezembro de 2010.
- 6.11. Manter, durante a vigência do contrato, as condições de habilitação e qualificação necessárias para a contratação com a Administração Pública, apresentando sempre que exigidos os comprovantes de regularidade fiscal, jurídica, técnica e econômica.

## **7. Quanto à sustentabilidade**

- 7.1. **Adotar práticas de sustentabilidade e de natureza ambiental**, conforme requisitos constantes na Instrução Normativa SLTI/MPOG n.º 01, de 19 de janeiro de 2010 e Portaria PGT n.º 564, de 03 de dezembro de 2010;
- 7.2. Os serviços prestados pela CONTRATADA deverão pautar-se, **sempre, no uso racional de recursos e equipamentos**, de forma a evitar e prevenir o desperdício de insumos e materiais consumidos, bem como a geração excessiva de resíduos.
- 7.3. **Os materiais empregados** pela CONTRATADA deverão atender à melhor relação entre custos e benefícios, considerando-se os impactos ambientais, positivos e negativos, associados ao produto.
- 7.4. **Buscar avanços tecnológicos** que visem à economia de recursos e seu uso mais eficiente.
- 7.5. **Realizar, sem ônus para a CONTRATANTE**, treinamento periódico de seus funcionários sobre práticas de sustentabilidade no desempenho de suas atribuições, em especial sobre redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e sobre a separação adequada de resíduos recicláveis.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO  
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO**

Av. Almirante Barroso n.º 466, Praia de Iracema, Fortaleza/CE, CEP: 60.060-440

Telefone: (85) 3878.8329 – e-mail: [prrt07.contratos@mpt.mp.br](mailto:prrt07.contratos@mpt.mp.br)

- 7.6. Estabelecer**, em comum acordo com a CONTRATANTE, procedimentos e rotinas voltadas ao monitoramento e melhoria contínua da eficiência energética e hidráulica da edificação e de seus equipamentos.
- 7.7. Retirar, sob orientação da fiscalização**, todos os materiais substituídos, durante a realização de serviços, devendo apresentá-los à fiscalização para avaliação de reaproveitamento e/ou recolhimento a depósito indicado pela CONTRATANTE.
- 7.8. Observar** que os produtos e materiais utilizados sejam os mais adequados do ponto de vista dos impactos ambientais.
- 7.9.** As embalagens, restos de materiais e produtos, sobras de obra e entulhos, incluindo lâmpadas queimadas, cabos, restos de óleos e graxas, deverão ser adequadamente separados para posterior descarte pela CONTRATADA, em conformidade com a legislação ambiental e sanitária vigentes.
- 7.10. Verificar a possibilidade de destinar materiais recicláveis à coleta seletiva do órgão.**
- 7.11.** Respeitar as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos.
- 7.12.** Observar que as lâmpadas a serem fornecidas estejam classificadas com classe “A” na Etiqueta Nacional de Conservação de Energia (ENCE) vigente no período da aquisição, na forma do Art. 3º da IN/SLTI N° 02/2014
- 8. Outros:**
- 8.1. Comunicar** à FISCALIZAÇÃO o uso indevido dos ambientes que compõem as instalações como depósito de materiais estranhos aos sistemas objeto do contrato.
- 8.2. Atender** com a máxima presteza às solicitações para correção de falhas, mau funcionamento e defeitos nos serviços objeto do presente documento.
- 8.3. Impedir** que as vias de acesso sejam bloqueadas por equipamentos, materiais, instalações ou assemelhados.
- 8.4. Permitir** livre acesso à Fiscalização e toda pessoa autorizada por ele aos locais onde estejam sendo realizados trabalhos referentes ao contrato.
- 8.5. Comunicar**, imediatamente, a ocorrência ou indício de furto ou vandalismo em componentes relacionados com este Termo.
- 8.6. Proibir** o uso de qualquer dependência do CONTRATANTE como alojamento ou moradia de pessoal ou fim diverso do permitido, mesmo que transitório.



**8.7. Atender** às demais obrigações previstas nos memoriais descritivos e anexos.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

1. **Designar servidor para proceder à fiscalização e, posteriormente, para o recebimento dos serviços.**
2. **Rejeitar os produtos** que não atendam aos requisitos constantes das especificações constantes do Termo de Referência.
3. **Efetuar o pagamento** na forma e no prazo estabelecido no Edital.
4. **Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato**, por representante da administração, especificamente designado por portaria, que atestará a nota fiscal para fins de pagamento, comprovado o fornecimento de forma correta.
5. **Notificar** a CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas nos materiais, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias.
6. **Permitir aos funcionários** da CONTRATADA o livre acesso às suas dependências, de modo a viabilizar a execução dos serviços durante o prazo previsto.
7. **Exigir o cumprimento** de todos os compromissos assumidos pela CONTRATADA.
8. **Não praticar atos de ingerência** na administração da CONTRATADA, tais como:
  - 8.1. exercer o poder de mando sobre os funcionários da CONTRATADA, devendo reportar-se somente aos Prepostos ou Responsáveis por ela indicados;
  - 8.2. promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da CONTRATADA, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado;
  - 8.3. considerar os trabalhadores da CONTRATADA como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.
9. **Prestar as informações e os esclarecimentos** que venham a ser solicitados pelos funcionários da CONTRATADA ou por seu Preposto.
10. **Comunicar oficialmente** à CONTRATADA qualquer falha verificada no curso da prestação do serviço, determinando o que for necessário à sua regularização.
11. **Exigir, quando necessário**, todos os documentos comprobatórios do pagamento de pessoal, benefícios, recolhimento dos encargos sociais e trabalhistas.
12. **Verificar** o cumprimento dos requisitos de qualificação profissional, solicitando à



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO  
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO**

Av. Almirante Barroso n.º 466, Praia de Iracema, Fortaleza/CE, CEP: 60.060-440  
Telefone: (85) 3878.8329 – e-mail: [prrt07.contratos@mpt.mp.br](mailto:prrt07.contratos@mpt.mp.br)

CONTRATADA as substituições que se verificarem necessárias;

13. **Efetuar as retenções tributárias** devidas sobre o valor da fatura de serviços da CONTRATADA.
14. **Efetuar o pagamento** dos serviços prestados nas condições estabelecidas no Contrato.
15. **Aplicar à CONTRATADA as penalidades contratuais e regulamentares cabíveis, garantidos o contraditório e a ampla defesa.**
16. **Fornecer Atestados de Capacidade Técnica**, quando solicitados, desde que atendidas às obrigações contratuais.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO**

1. **A fiscalização do objeto deste termo será feita por equipe de servidores (ou servidor) designados pelo CONTRATANTE, através de Portaria**, que deverá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução, dando ciência à CONTRATADA, nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666/93, a qual não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA.
2. **A presença da fiscalização da Procuradoria Regional do Trabalho não elide nem diminui a responsabilidade da empresa contratada.**
3. **Caberá ao servidor designado rejeitar totalmente ou em parte, qualquer material ou serviço** que não esteja de acordo com as exigências, ou aquele que não seja comprovadamente original e novo (para o caso de materiais de reposição), bem como determinar prazo para substituição ou reparação do material ou serviço eventualmente fora de especificação.

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FATURAMENTO E PAGAMENTO**

4. A CONTRATADA deverá emitir Nota(s) Fiscal(is) relativa(s) ao(s) valor(es) dos serviços das manutenções preditiva/preventiva e corretiva da infraestrutura predial, conforme os **valores descritos nas planilhas do custo do profissional residente e dos serviços por demanda, observando os índices de medição de resultado (IMR)**, o qual estão correlacionados ao resultado esperado: efetividade e eficácia, e os critérios de medição auferidos pela fiscalização, da seguinte forma:
  - 4.1. Os serviços realizados pelo Profissional residente serão mensurados de acordo com a Planilha de Custos e Formação de Preços;
  - 4.2. Os serviços por demanda serão medidos conforme orçamento analítico aprovado pela





**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO  
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO**

Av. Almirante Barroso n.º 466, Praia de Iracema, Fortaleza/CE, CEP: 60.060-440  
Telefone: (85) 3878.8329 – e-mail: [prrt07.contratos@mpt.mp.br](mailto:prrt07.contratos@mpt.mp.br)

Fiscalização, que deverá utilizar como parâmetro a composição das horas dos serviços afins estabelecidas nas tabelas oficiais, e na falta destas, serão adotados os critérios estabelecidos pela Diretora de Arquitetura e Engenharia da PGT em contratações similares.

**4.3. Os serviços eventuais extraordinários autorizados** pela Contratante, deverão ser faturados, conforme planilha orçamentária previamente aprovada, em nota fiscal distinta.

5. O PERCENTUAL DE DESCONTO ofertado na licitação deverá ser aplicado ao custo unitário da composição do serviço previsto na Tabela Oficial atualizada (SINAPI), ou outra que vier a lhe substituir, relativa ao mês da emissão da Ordem de Serviço.
6. **Não será recebida pela Fiscalização a Nota Fiscal que não vier acompanhada do relatório técnico subscrito pelo responsável técnico**, contendo a descrição das rotinas de manutenção, o resultado das medições e de todas as ocorrências de manutenção preditiva/preventiva ou corretiva. Outros itens que se fizerem necessários poderão ser incluídos no relatório técnico, mediante acordo entre o responsável técnico e a Fiscalização.
7. **O valor dos materiais, componentes e/ou peças de reposição serão fornecidos de acordo com os preços correspondentes nas tabelas oficiais (SINAPI)** do mês da Ordem de Fornecimento ou, na falta destes, conforme os preços correntes de mercado, os quais deverão ser comprovados pela CONTRATANTE para fins de aprovação do orçamento e, consequentemente, autorização do fornecimento.

**7.1. Os percentuais do BDI e de desconto** incidirão sobre o valor dos materiais, peças e componentes, os quais poderão ser adquiridos no mercado pela Contratante, caso os preços ofertados não se apresentem vantajosos economicamente.

8. **As certidões relativas à regularidade fiscal da CONTRATADA, exigida quando da habilitação, deverá vir acompanhada da nota fiscal** em cada pagamento, devendo seu resultado ser juntado aos autos do processo próprio, ficando a CONTRATADA sujeita às penalidades da lei, inclusive à rescisão contratual, no caso de não manutenção das condições habilitatórias.
9. **Os pagamentos dos serviços efetivamente prestados serão efetuados até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente ao da realização dos serviços**, por meio de depósito na conta



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO  
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO**

Av. Almirante Barroso n.º 466, Praia de Iracema, Fortaleza/CE, CEP: 60.060-440  
Telefone: (85) 3878.8329 – e-mail: [prrt07.contratos@mpt.mp.br](mailto:prrt07.contratos@mpt.mp.br)

corrente da CONTRATADA, através de Ordem Bancária, mediante apresentação de fatura ou nota fiscal dos serviços executados, **com 5 (cinco) dias úteis de antecedência**, em nome da Procuradoria Regional do Trabalho da 7ª Região, atestada por servidor designado, conforme disposto nos artigos 67 e 73 da Lei n.º 8.666/93.

10. Sobre o valor da Nota Fiscal, a CONTRATANTE fará as retenções devidas dos impostos e contribuições previstas na Instrução Normativa RBF n.º 1.234/2012, de 11/01/2012, bem como do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS), na forma da legislação municipal vigente.
11. **Caso a CONTRATADA seja optante pelo “SIMPLES”** (Lei nº 9.317/96), não serão feitas as retenções de que tratam as citadas instruções normativas, ficando a CONTRATADA, nesse caso, obrigada a apresentar declaração, na forma do Anexo IV da Instrução Normativa SRF n.º 1.234/2012, de 11/01/2012, em duas vias, assinadas pelo seu representante legal.
12. **Nenhum pagamento será efetuado** à CONTRATADA, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza, sem importar em prejuízo do pagamento dos salários dos funcionários prestadores de serviços.
13. O atraso na apresentação, por parte da empresa, da fatura ou dos documentos exigidos como condição para pagamento importará em prorrogação automática do prazo em igual número de dias de vencimento da obrigação do CONTRATANTE, **não eximindo a CONTRATADA de promover o pagamento dos empregados nas datas regulamentares**, nem das obrigações sociais e trabalhistas.
14. **No caso de atraso no pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido para tanto, fica convencionado que a taxa de atualização financeira devida pela CONTRATANTE, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da parcela, será de 6% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação da seguinte fórmula:**

**EM = I x N x VP – onde:**

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento.

VP = Valor da parcela a ser paga;

I = índice de atualização financeira = 0,0001643.



## MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

### PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO

Av. Almirante Barroso n.º 466, Praia de Iracema, Fortaleza/CE, CEP: 60.060-440

Telefone: (85) 3878.8329 – e-mail: [prrt07.contratos@mpt.mp.br](mailto:prrt07.contratos@mpt.mp.br)

15. Aplica-se a mesma regra disposta na alínea anterior, na hipótese de eventual pagamento antecipado, observado o disposto no art. 38 do Decreto n.º 93.872/86.

16. No caso de incorreção nos documentos apresentados, inclusive nas Notas Fiscais/Fatura, serão estes restituídos à CONTRATADA, para as correções solicitadas, não respondendo a CONTRATANTE por quaisquer encargos resultantes de atrasos na liquidação dos pagamentos correspondentes.

#### CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO CONTRATUAL

1. Vigência contratual será de 12 (doze) meses a partir de 1º de agosto de 2023, admitida prorrogação, nos termos da Lei 8.666/93.
2. O contrato será executado a partir da data da vigência.
3. O contrato poderá ser prorrogado, por mútuo acordo entre as partes, mediante termo aditivo, por iguais e sucessivos períodos, observado o limite de 60 (sessenta) meses.
4. A prorrogação da vigência do Contrato em exercícios subsequentes estará condicionada à avaliação da qualidade dos serviços prestados, à comprovação da compatibilidade dos preços conforme o mercado, bem como à existência, em cada ano, de dotação orçamentária para suportar as despesas dele decorrentes.

#### CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A despesa com a presente licitação correrá à conta da dotação orçamentária do MPT para o exercício de 2023, sob a seguinte classificação: Programa de Trabalho Resumido: 172168, Naturezas de Despesas: 339030, 339037 e 339039 e Plano Interno: DEFESA1.

#### CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DA GARANTIA CONTRATUAL

A contratada apresentará garantia com validade de 3 (três) meses após o término da vigência contratual, devendo ser renovada a cada prorrogação efetivada no Contrato, nos moldes do artigo 56 da Lei nº 8.666, de 1993, com a liberação desta mediante a comprovação de pagamento de todas as verbas rescisórias trabalhistas decorrentes da contratação, por parte da CONTRATADA, e que caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia será utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas diretamente pela CONTRATANTE, conforme estabelecido no artigo 19-A, inciso IV da IN SLTI/MPOG 02/2008.



## CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DA REPACTUAÇÃO CONTRATUAL

1. O contrato poderá ser repactuado, visando à adequação aos novos preços de mercado, **observado o interregno mínimo de um ano, a contar da data-base do acordo, convenção, dissídio coletivo de trabalho ou equivalente**, que estipular o salário vigente à época da apresentação da proposta, ou da data da última repactuação e a demonstração analítica da variação dos componentes dos custos, devidamente justificada.
2. A contratada poderá exercer seu direito à repactuação dos preços **até a data da prorrogação contratual subsequente ao novo acordo, dissídio ou convenção coletiva** que fixar os novos custos de mão de obra da categoria profissional abrangida pelo contrato, ou na data do encerramento da vigência do contrato, caso não haja prorrogação.
3. Caso a CONTRATADA não solicite a repactuação no prazo estipulado acima, **ocorrerá a preclusão do direito de repactuar.**
4. **Na solicitação da repactuação**, a Contratada deverá comprovar a variação dos custos envolvidos na Planilha de Custos e Formação de Preços, de acordo com as particularidades do contrato, observando:
  - 4.1. **Quando a repactuação se referir aos custos da mão de obra:** apresentação do novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria profissional abrangida pelo contrato, acompanhado da demonstração analítica da variação dos custos;
  - 4.2. **Quando a repactuação se referir a insumos e materiais**, exceto quanto a obrigações decorrentes de acordo ou convenção coletiva de trabalho e de Lei, deverá adotar como limite máximo a variação do Índice Geral de Preços do Mercado – IGP-M, ocorrido no período de 12 meses da data da solicitação.
  - 4.3. **Quando a repactuação se referir aos demais custos contidos na Planilha de Custos e Formação de Preços**, a alteração deverá ser comprovada mediante análise comparativa dos preços de mercado dos itens abrangidos, obtidos dos preços praticados por outros entes públicos e/ou privados; alguma particularidade excepcional do contrato em vigência; indicadores setoriais ou valores oficiais de referência.
5. **Os efeitos financeiros** da repactuação deverão ocorrer exclusivamente com relação aos itens que a motivaram e apenas em relação à diferença porventura existente, ocorrendo a



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO  
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO**

Av. Almirante Barroso n.º 466, Praia de Iracema, Fortaleza/CE, CEP: 60.060-440  
Telefone: (85) 3878.8329 – e-mail: [pvt07.contratos@mpt.mp.br](mailto:pvt07.contratos@mpt.mp.br)

sua exigibilidade a partir de:

- 5.1. A partir da ocorrência do fator gerador que deu causa à repactuação;
  - 5.2. Em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão das próximas repactuações futuras; ou
  - 5.3. Em data anterior à ocorrência do fato gerador, exclusivamente quando a repactuação envolver revisão do custo de mão de obra em que o próprio fato gerador, na forma de acordo, dissídio ou convenção coletiva, ou sentença normativa, contemplar data de vigência retroativa, podendo esta ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras.
6. **É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação**, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho, observado o disposto no art. 6º da Instrução Normativa n.º 05/2017, atualizada.
  7. **Por ocasião da prorrogação contratual**, o valor dos serviços por demanda deverá ser atualizado pelos preços unitários vigentes na composição de custos da tabela oficial (SINAPI) à época, tão-somente para fins de recomposição do valor estimado global.
  8. **O PERCENTUAL DE DESCONTO ofertado na proposta vencedora será mantido durante toda a vigência contratual**, não sendo objeto de repactuação, visto que o desconto será aplicado sobre os preços atualizados da época da emissão da Ordem de Serviço, tendo como referência a Tabela SINAPI ou, na ausência desta, outra tabela oficial; podendo ser utilizado como referência preços do mercado, excepcionalmente e devidamente justificado.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DO SIGILO DAS INFORMAÇÕES**

A CONTRATADA deverá garantir o sigilo e a segurança das informações no âmbito de sua operação dentro dos limites aos quais se restringem os serviços que compõem o objeto deste instrumento contratual.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO.** É vedado às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO  
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO**

Av. Almirante Barroso n.º 466, Praia de Iracema, Fortaleza/CE, CEP: 60.060-440  
Telefone: (85) 3878.8329 – e-mail: [pvt07.contratos@mpt.mp.br](mailto:pvt07.contratos@mpt.mp.br)

**PARÁGRAFO SEGUNDO.** As partes se comprometem a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações – em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis – repassados em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na Lei n. 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD), sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do instrumento contratual.

**PARÁGRAFO TERCEIRO.** As partes responderão administrativa e judicialmente caso causarem danos patrimoniais, morais, individuais ou coletivos, aos titulares de dados pessoais repassados em decorrência da execução contratual, por inobservância à Lei Geral de Proteção de Dados.

**PARÁGRAFO QUARTO.** Em atendimento ao disposto na Lei Geral de Proteção de Dados, o CONTRATANTE, para a execução do serviço objeto deste contrato, tem acesso a dados pessoais dos representantes da CONTRATADA, tais como número do CPF e do RG, endereços eletrônico e residencial, e cópia do documento de identificação (listar outros, quando cabível).

**PARÁGRAFO QUINTO.** A CONTRATADA declara que tem ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados e se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação com o intuito de proteger os dados pessoais repassados pelo CONTRATANTE.

**PARÁGRAFO SEXTO.** A CONTRATADA fica obrigada a comunicar ao CONTRATANTE em até 24 (vinte e quatro) horas qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da Lei Geral de Proteção de Dados.

**PARÁGRAFO SÉTIMO.** A CONTRATADA, quando do encerramento do contrato, exceto se abrangidos pelo disposto nos incisos do artigo 16 da LGPD, fica obrigada a eliminar todo os dados pessoais obtidos em razão da execução do contrato. O CONTRATANTE deverá ser formal e justificadamente comunicado da eventual impossibilidade da eliminação de dados pessoais que não se enquadrem na hipótese legal acima mencionada.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – DA PUBLICAÇÃO**

A publicação do extrato deste contrato na Imprensa Oficial e de seus Termos Aditivos que porventura vierem a ocorrer será providenciada pela Administração, às suas expensas, nos termos do parágrafo único do art. 61 da Lei 8.666/1993.

E, por estarem de pleno acordo, depois de lido e achado conforme, foi o presente Termo de contrato lavrado em vias de igual teor e forma e assinado pelas partes.





**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO**  
**PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO**  
Av. Almirante Barroso n.º 466, Praia de Iracema, Fortaleza/CE, CEP: 60.060-440  
Telefone: (85) 3878.8329 – e-mail: [prr07.contratos@mpt.mp.br](mailto:prr07.contratos@mpt.mp.br)

Fortaleza, data da assinatura eletrônica.

**CONTRATANTE:**

**MARIANA FÉRRER CARVALHO ROLIM**

**Vice-Procuradora-Chefe da PRT7**

**CONTRATADA:**

**GERALDO HENRIQUE ARAÚJO**

**Representante da contratada**

**TESTEMUNHA:**

**FÁBIO MELO DE SOUZA**

CPF: 009.456.043-94

**TESTEMUNHA:**

**ZACARIAS CRISTINO DE FRANÇA NETO**

CPF: 261.350.193-68



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

Assinatura/Certificação do documento **PGEA 001375.2023.07.900/2 Contrato nº 000046.2023**

.....  
Signatário(a): **FABIO MELO DE SOUZA**

Data e Hora: **25/07/2023 15:43:03**

Assinado com login e senha

.....  
Signatário(a): **MARIANA FERRER CARVALHO ROLIM**

Data e Hora: **25/07/2023 16:15:08**

Assinado com login e senha

.....  
Signatário(a): **ZACARIAS CRISTINO DE FRANCA NETO**

Data e Hora: **25/07/2023 17:25:17**

Assinado com login e senha

.....  
Signatário(a): **GERALDO HENRIQUE ARAÚJO**

Data e Hora: **26/07/2023 09:27:10**

Assinado com login e senha

.....  
Endereço para verificação do documento original: [https://protocoloadministrativo.mpt.mp.br/processoEletronico/consultas/valida\\_assinatura.php?m=2&id=9962337&ca=RHAKS3BNYH3TJ4V4](https://protocoloadministrativo.mpt.mp.br/processoEletronico/consultas/valida_assinatura.php?m=2&id=9962337&ca=RHAKS3BNYH3TJ4V4)